

MARIZA CARNEIRO PINHEIRO

**ESTUDO COMPARATIVO
LEI Nº9.317/1996 – SIMPLES FEDERAL X LEI COMPLEMENTAR Nº123/2006 –
SIMPLES NACIONAL**

Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação -
Setor de Ciências Sociais Aplicadas do Departamento de
Ciências Contábeis da Universidade Federal do Paraná,
como requisito para obtenção do Título de Especialista
em Contabilidade e Finanças.

Orientador: Prof. Jaime Bettoni

**CURITIBA
2007**

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me concedeu sabedoria e força para superar as dificuldades e alcançar o êxito deste trabalho.

Aos meus professores, em especial o Prof. Moisés e ao meu orientador e professor Jaime Bettoni, pela dedicação dispensada a mim, direcionando minha experiência profissional de forma autêntica, contribuindo para meu crescimento profissional e pessoal.

Ao meu esposo, João José S. Pinheiro e à minha irmã Mariluz Carneiro de Carvalho, que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

PINHEIRO, Mariza Carneiro. ESTUDO COMPARATIVO: LEI Nº9.317/1996 – SIMPLES FEDERAL X LEI COMPLEMENTAR Nº123/2006 – SIMPLES NACIONAL. CURITIBA, 2007.

O presente estudo buscou contribuir na disseminação de informações, fazendo um estudo comparativo entre a Lei Complementar (LC) nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, que instituiu o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) – Simples Nacional ou simplesmente como é divulgado – Super Simples, e o Simples Federal que estava em vigor até junho de 2007. Sabe-se que atualmente existem outros regimes de tributação que a ME e EPP pode optar : Lucro Real ou Presumido. Deve o profissional contábil ou o responsável pela ME ou EPP conhecer na íntegra o Simples Nacional, para que possa também realizar simulações e comparações entre um regime e outro, para ver a viabilidade, se realmente é interessante para o empresário optar pelo novo regime. Conhecer a legislação, sua aplicabilidade vem a contribuir efetivamente para as tomadas de decisões, especialmente em questões tributárias. A LC nº123/06 estabelece normas gerais relativas às Microempresas (ME) e as Empresas de Pequeno Porte (EPP) no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo, não só o regime tributário diferenciado (Simples Nacional), como também contempla aspectos relativos às licitações, relação trabalhista, ao estímulo ao crédito, à inovação tecnológica, acesso à justiça e outros. Entre as diversas novidades trazidas pela nova lei, está a possibilidade de adesão ao Simples Nacional por diversos setores que até então estavam vedados ao Simples Federal - Lei nº 9.317/96.

Palavras-chave: microempresa, empresa de pequeno porte, regime tributário diferenciado, Simples Federal, Super Simples, Simples Nacional.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
2	DESENVOLVIMENTO.....	8
2.1	HISTÓRIA DOS TRIBUTOS.....	8
2.2	A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.....	8
2.3	IMPORTÂNCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO BRASILEIRO.....	10
2.4	LEI Nº. 9.317, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1996 (SIMPLES FEDERAL).....	13
2.4.1	Microempresa e empresa de pequeno porte.....	14
2.4.1.1	<i>Definição</i>	14
2.4.1.2	<i>Receita bruta</i>	14
2.4.2	Sistema integrado de pagamento de impostos e contribuições.....	14
2.4.3	Da opção pelo SIMPLES.....	16
2.4.4	Vedação quanto ao recolhimento do ICMS e ISS.....	20
2.4.5	Da exclusão do SIMPLES.....	20
2.4.6	Alíquota de recolhimento.....	23
2.4.7	Forma de cobrança, recolhimento e fiscalização.....	24
2.4.8	Partilha dos valores pagos.....	25
2.4.9	Repasse as Unidades Federadas e aos Municípios.....	26
2.4.10	Isonomia dos rendimentos distribuídos aos sócios e ao titular.....	27
2.4.11	Parcelamento.....	27
2.4.12	Vedação aos incentivos fiscais.....	27
2.4.13	Obrigações acessórias.....	27
2.5	LEI COMPLEMENTAR Nº. 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 (SIMPLES NACIONAL).....	28
2.5.1	Principais benefícios da LC 123.....	29
2.5.2	Novos segmentos no Simples Nacional.....	32
2.5.3	Segmentos que continuam no Simples Nacional.....	33
2.5.4	Definição de micro e pequena empresa.....	34
2.5.5	Receita bruta.....	34
2.5.6	Exclusões ao regime.....	35
2.5.7	Inscrição e baixa das empresas.....	37
2.5.8	Impostos incidentes no Simples Nacional.....	38
2.5.9	Impostos não incidentes no Simples Nacional.....	39
2.5.10	Atividades não permitidas no Simples Nacional.....	40
2.5.11	Opção ao Simples Nacional.....	41
2.5.12	Base de cálculo e alíquotas.....	42
2.5.13	Forma e prazo para recolhimento dos tributos devidos.....	49
2.5.14	Sublimites.....	53
2.5.15	Repasse das receitas arrecadadas.....	50
2.5.16	Benefícios fiscais – impedimentos.....	50
2.5.17	Obrigações fiscais e acessórias.....	50
2.5.18	Exclusão do Simples Nacional.....	52
2.5.19	Poder de fiscalização.....	55
2.5.20	Dos acréscimos legais.....	55
2.5.21	Redução das multas.....	56
2.5.22	Competência do órgão julgador administrativo fiscal e judicial.....	56
2.5.23	Inscrição em dívida ativa.....	57

2.5.24	Parcelamento.....	57
2.6	QUADRO COMPARATIVO – RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS.....	58
2.6.1	Comparativo I: Simples Nacional X Lucro Presumido.....	58
2.6.2	Comparativo II: Simples Nacional X Simples Federal.....	60
3	CONCLUSÃO	64
	REFERÊNCIAS	66
	ANEXO A- Quadro comparativo dos artigos da Lei nº.9.317/96 – SIMPLES FEDERAL x Lei Complementar nº.123/06 – SIMPLES NACIONAL.....	68

1 INTRODUÇÃO

A informação, sua compreensão e aplicabilidade, são problemas constantes na vida de vários empresários brasileiros, principalmente em se tratando de matéria tributária, a dificuldade de acompanhar e entender este mundo complexo dos tributos e suas variações, quase que diária, pode afetar os resultados de uma empresa.

De acordo com Bettoni:

Vivemos na era da qualidade total que exige conhecimento e atualização constante sob pena de descontinuidade. A área tributária não é diferente, a tecnologia tomou forma, todavia necessário se faz ter maior dedicação e informação, pois os profissionais ligados à tributação, exercem papel importante no contexto econômico empresarial e nacional (2006 p.1).

Fabreti (1999 p.28) entende que o estudo feito preventivamente, ou seja, antes das realizações do fato administrativo, pesquisando-se seus efeitos jurídicos e econômicos e as alternativas legais menos onerosas; exige antes de qualquer coisa bom senso do planejador. Há alternativas legais validas para grandes empresas, mas que são inviáveis para as médias e pequenas, dado ao custo que essas operações possam exigir. Necessário se faz também um planejamento tributário, devido à complexidade do atual Sistema Tributário Brasileiro.

Para Amaral:

O Sistema Tributário Brasileiro é tão complexo que devem ser analisados sob dois parâmetros: a legislação tributária vigente e as obrigações acessórias que as pessoas e as empresas são obrigadas a cumprir. Estima-se que vigoram no Brasil, atualmente mais de 3.000 normas em matéria tributária. As empresas devem cumprir cerca de 93 obrigações acessórias, entre preenchimento de livros, guias, formulários, declarações (2000, p.35-37).

Atualmente existem algumas formas legais de tributação que as empresas podem adotar como: tributação pelo LUCRO REAL, PRESUMIDO e o SIMPLES FEDERAL, sendo este último suprido pelo SIMPLES NACIONAL a partir de julho de 2007.

No entanto não são todas as empresas que podem optar por esse ou aquele sistema de tributação. Cada um possui suas peculiaridades, mas na grande maioria a empresa em determinado momento pode optar pelo qual melhor atender a seus anseios econômicos.

Estudos mostram que um planejamento tributário bem elaborado poderá proporcionar maior rentabilidade às empresas, maior competitividade no mercado,

seja em relação a preços, prazos e produtos, promover a expansão empresarial e em alguns casos, manter a sobrevivência da empresa.

Diante dessas questões, observando a necessidade de efetuar uma pesquisa voltada à micro e pequena empresa, considerando sua participação e importância na economia nacional brasileira, bem como o papel social que as mesmas possuem, é que se decidiu em colaborar com este estudo comparativo para maior esclarecimento sobre o novo regime tributário.

O objetivo deste trabalho é demonstrar as principais alterações e inovações trazidas pela Lei Complementar nº123/06, de 14.12.2006 que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL ou apenas “SUPER SIMPLES” como está sendo amplamente divulgado, ou ainda como Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, em comparação com as já existentes previstas na Lei nº. 9.317/96 que Instituiu o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte –SIMPLES, em vigor até junho de 2007.

A metodologia adotada neste trabalho foi de caráter explicativo e quanto aos procedimentos técnicos, bibliográfico.

Para melhor entendimento dos temas abordados, a monografia está organizada nos seguintes capítulos: No Capítulo 1, a introdução aborda de forma global o estudo. No capítulo 2, será apresentado o seu desenvolvimento, um breve histórico sobre os tributos, os marcos legais que fundamentam as medidas e ações de apoio às ME e EPP, a representatividade que o segmento tem no contexto sócio-econômico brasileiro. Em seguida uma descrição da Lei nº. 9.317/96 e da LC 123/06, abordando os aspectos mais relevantes, estabelecendo um comparativo entre ambas. No capítulo 3, há a conclusão do presente estudo.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 HISTÓRIA DOS TRIBUTOS

Segundo Pedroso (2004), a história dos tributos é quase tão velha quanto à do próprio homem. O estudo histórico dos tributos no mundo é de uma riqueza fantástica. No início o povo vencido em uma guerra pagava ao povo vencedor uma pesada contribuição. Porém, com o tempo os governantes passaram a exigir a cobrança dos tributos também de seus próprios subordinados.

A tributação foi à causa direta ou indireta de grandes revoluções ou grandes transformações sociais. A Revolução Francesa teve como pano de fundo o cansaço da burguesia francesa emergente do Séc. XVIII em continuar subsidiando através do pagamento de tributos a nobreza da França.

Países nasceram em virtude do fenômeno tributário, como exemplo os Estados Unidos. Os colonos americanos se insubordinaram em face da pesada tributação imposta, através de Lei do Chá, pela metrópole inglesa. No Brasil, a tentativa de independência, no Séc. XVIII, através da Inconfidência Mineira, ocorreu devido à sangria econômica através da derrama, imposta pela metrópole Portugal ao Brasil colônia. E outras tantas rebeliões internas se deram em virtude da alta carga tributária imposta como exemplo a Revolução Farroupilha, ocorrido no Rio Grande do Sul, já no Brasil Império do Séc. XIX.

Hoje em dia, nossa Constituição, como a de todos os países democráticos, garante os direitos dos contribuintes impondo limites ao poder do Estado de tributar.

O tributo tem hoje grande significado social, por ser o maior responsável pelo financiamento dos programas e ações do governo das áreas da saúde, previdência, educação, moradia, saneamento, meio ambiente, energia e transporte, entre outras.

Diante do exposto verifica-se a importância do fenômeno tributário, querendo ou não, direta ou indiretamente ele faz parte da vida, da história de cada um.

2.2 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Na Constituição Federal existem vários artigos que servem de referência para a adoção de medidas de apoio às microempresas (MEs) e empresas de pequeno porte (EPPs). Por exemplo, os artigos 170 e 179 da Constituição Federal de 1988

contêm marcos legais que fundamentam as medidas e ações de apoio às micro e pequenas empresas no Brasil.

O art. 170 da C.F/88 insere as MEs e as EPPs nos princípios gerais da ordem econômica, favorecendo essas empresas com benefícios e facilidades para o gerenciamento dos impostos.

A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:[...] IX – tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. (Art.170 CF/88)

Vale ressaltar que com a Emenda Constitucional nº6, de 05/08/1995 o artigo 170 em seu inciso IX ganhou a seguinte redação específica: “tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País”.

O art.179 orienta as administrações públicas a dispensar tratamento jurídico diferenciado ao segmento, visando a incentivá-las pela simplificação ou redução das obrigações tributárias por meio de leis.

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei. (Art.179 CF/88)

Visando atender ao disposto no art. 179 da Constituição, o legislador criou a Lei Federal nº. 9.317, em 05 de dezembro de 1996 - Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte “SIMPLES” ou como é conhecido SIMPLES FEDERAL, o qual permitiu a um tratamento diferenciado, simplificando e favorecendo às microempresas e as empresas de pequeno porte, relativo aos impostos e às contribuições. Também, atendendo ao previsto nos artigos 170 e 179 da Constituição, criou-se a Lei nº. 9.841, de 05 de outubro de 1999. É o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Contém 43 artigos e enfatiza os seguintes aspectos: previdência social, relações trabalhistas, linhas de crédito específicas para o setor e recursos federais para aplicação em pesquisa, desenvolvimento e capacitação tecnológicas.

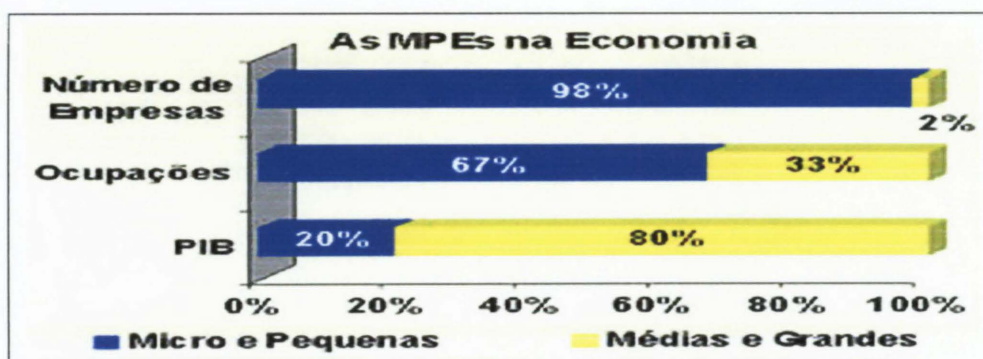
Já em relação a questões tributárias, a Emenda Constitucional nº42, de 19 de dezembro de 2003, trouxe uma modificação no artigo 146 do capítulo do Sistema Tributário Nacional. Incluiu-se um novo tema a ser alvo de lei complementar: a definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, bem como a instituição de um regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

2.3 IMPORTÂNCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO BRASILEIRO

A importância dos pequenos negócios é reconhecida pelo governo do Brasil há pelo menos 31 anos, quando se criou o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)

Para o SEBRAE (2007), as micro e pequenas empresas são responsáveis pela maioria dos empregos existentes no Brasil, são responsáveis por 67% do pessoal ocupado, 98% do total dos empreendimentos e 20% do PIB nacional.

Tabela 01 A presença das micro e pequenas empresas na economia brasileira



Fonte: SEBRAE-SP

Pesquisa realizada pelo Sebrae/SP entre 2000 e 2004, revelou que o número de micro e pequenas empresas (MPEs) no Brasil aumentou 22,1%. De 4,11 milhões em 2000, passou para 5,02 milhões, quatro anos depois e, que esses 1 milhão de novas empresas criaram cerca de 3 milhões de novos postos de trabalhos.

Tabela 02 - Evolução das micro e pequenas, médias e grandes empresas no Brasil

	2000	2004	Taxa de expansão (2000/2004)
MPEs	4,117 milhões	5,028 milhões	22,1%
MGEs	68,5 mil	81,9 mil	19,5%
Total de estabelecimentos	4,186 milhões	5,110 milhões	22,1%

Fonte: Observatório das MPES – SEBRAE-SP

Dos 924 mil novos estabelecimentos abertos no Brasil neste período, 99% eram micro e pequenas empresas.

A maior expansão aconteceu nas regiões Norte e Centro-Oeste, onde o número de MPEs aumentou, respectivamente, 29,1% e 27,2% nos quatro anos estudados. Entretanto, 85% destas novas empresas estão concentradas em 10 Estados - São Paulo (30,7%), Minas Gerais (11,6%), Rio Grande do Sul (10,7%), Paraná (7,9%), Rio de Janeiro (6,7%), Santa Catarina (5,3%), Bahia (4,5%), Goiás (3%), Ceará (2,9%) e Pernambuco (2,4%).

Tabela 03 – MPEs por regiões do Brasil

REGIÃO	Taxa de expansão de MPEs (2000/2004)	Participação relativa 2000 \Rightarrow 2004 (Brasil = 100%)
Norte	29,1%	3,2% \Rightarrow 3,3%
Centro-Oeste	27,2%	6,9% \Rightarrow 7,2%
Nordeste	24,9%	14,3% \Rightarrow 14,6%
Sul	21,6%	24,1% \Rightarrow 24,0%
Sudeste	20,5%	51,6% \Rightarrow 50,9%

Fonte: Observatório das MPES- SEBRAE-SP

O número de MPEs do setor de serviços cresceu 28,4%, representando em 2004 29,6% de todas micro e pequenas empresas; o comércio, 21,5% (56,1% do total) e o número de micro e pequenas indústrias teve uma expansão mais modesta: 12,9%, representando 14,3% do segmento.

Tabela 04 - MPEs por setores de atividades

SETOR	Taxa de expansão de MPEs (2000/2004)	Participação relativa 2000 \Rightarrow 2004 (Brasil = 100%)
Serviços	28,4%	28,1% \Rightarrow 29,6%
Comércio	21,5%	56,4% \Rightarrow 56,1%
Indústria	12,9%	15,4% \Rightarrow 14,3%

Fonte: Observatório das MPEs – SEBRAE –SP

As maiores taxas de expansão de MPEs podem ser encontradas nos segmentos de atividades associados à modernização da sociedade e à sofisticação da demanda.

De acordo com Alessandro Soares da agência Sebrae de notícias do Rio Grande do Sul, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), informou que as micro e pequenas empresas no Brasil são responsáveis por grande parte dos postos de trabalho e das oportunidades de geração de renda, e que segundo Flavio Sabbadini, Presidente do Conselho Deliberativo Estadual do Sebrae no Rio Grande do Sul, essa representatividade está diretamente ligado à visão da arte de empreender que tornou este País o sexto do mundo em empreendedorismo, seja por talento ou por necessidade.

Nossa constante luta pela aprovação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas representa muito mais do que a defesa pelos interesses da classe empresarial. Trata-se de uma premissa também de que a sociedade colherá os frutos dessa medida, já que beneficiará mais de 15 milhões de pequenos negócios que hoje estão na informalidade e que poderão optar pelo novo modelo de tratamento (SABBADINI, apud SOARES, 2006).

Por haver um grande contingente de brasileiros que ainda se sustenta trabalhando em atividades informais sem carteira assinada ou por conta própria e para que saiam dessa informalidade, é que os pequenos negócios devem ser apoiados como instrumento de combate ao desemprego por que segundo SEBRAE:

- Geram a maioria dos postos de trabalho criados pelos setores formal e informal da economia.
- Necessitam de baixos investimentos para gerar renda e emprego.
- Cada estabelecimento tem poucos empregados, mas, juntos, eles se tornam os principais empregadores da cidade.
- São responsáveis por 100% dos empregos existentes em municípios que não têm grandes indústrias, sem contar com os servidores públicos.
- Absorvem pessoal que não teve acesso a programas de qualificação profissional, dando oportunidades a parcelas desfavorecidas da população.

Constata-se o papel relevante que as MPEs têm perante o País. Assim se faz necessário uma política econômica voltada ao fortalecimento das MPEs que proporcionará um crescimento no Produto Interno Bruto do País, criando bases para o avanço social, um salto, com melhoria da renda e da qualidade de vida dos brasileiros.

Nota-se que o segmento dos pequenos negócios é um dos principais pilares de sustentação da economia nacional, tanto pelo número de estabelecimentos e distribuição geográfica, quanto pela sua capacidade de gerar empregos, crescimento, sustentabilidade e competitividade.

Acredita-se que a Lei Geral pode fazer com que a Reforma Tributária tenha um papel estruturante para o País e será o encontro entre o que a sociedade deseja e os avanços permitidos pela reforma recente na Constituição.

2.4 LEI Nº.9.317, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1996 (SIMPLES FEDERAL)

Segundo SEBRAE (2007), a lei nº.9.317, de 5 de dezembro de 1996, representou um dos marcos jurídicos mais importantes. Dispôs sobre o regime tributário para o setor e criou o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples). Foi a primeira regulamentação do artigo 179 da Constituição, que estabelecia “o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido” para o segmento, com 31 artigos.

A pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa e empresa de pequeno porte poderia optar pela inscrição no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuição das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES.

2.4.1 Microempresa e empresa de pequeno porte

2.4.1.1 *Definição*

De acordo com a Lei nº11.196 de 2005 que alterou o inciso I e II do art 2º da Lei nº9.317 de 1996, considera-se:

I - microempresa a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$240,000,00 (duzentos e quarenta mil reais);

II – empresa de pequeno porte a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta superior a R\$240, 000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$2,400,000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

De acordo com o parágrafo 1º do referido artigo, no caso de início de atividades no próprio ano-calendário, os limites de que tratam os incisos I e II serão proporcionais ao número de meses em que a pessoa jurídica houver exercido atividade desconsiderada as frações de meses.

2.4.1.2 *Receita Bruta*

Observa-se que no parágrafo 2º da Lei nº.9.317/96 o legislador definiu o que considerar como receita bruta, ou seja, “considera-se receita bruta o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos”.

2.4.2 Sistema integrado de pagamento de impostos e contribuições

De acordo com o art 3º da Lei 9.317/66 a pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa e de empresa de pequeno porte, poderia optar pela inscrição no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES. Tal opção implicaria no pagamento mensal, em um único documento de arrecadação, os seguintes tributos:

- Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ,

- Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público- PIS/PASEP;
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido –CSLL;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS;
- Imposto sobre Produtos Industrializados- IPI;
- Contribuições para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica.

A inscrição no Simples dispensa a pessoa jurídica do pagamento das contribuições instituídas pela União, como as destinadas ao SESC, ao SESI, ao SENAI, ao SENAC, ao SEBRAE, e seus congêneres, bem como as relativas ao salário-educação e à Contribuição Sindical Patronal.

O Simples poderá incluir o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal -ICMS e/ou o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS devido por microempresa e/ou empresa de pequeno porte, desde que o Estado e/ou o Município em que esteja estabelecida venha aderir ao Simples mediante convênio.

Vale ressaltar que se a empresa possuir outro estabelecimento em mais de um Município ou Unidade Federada não poderá incluir tais impostos.

Em relação aos demais impostos e contribuições, tanto as micro como as pequenas empresas deverão observar a legislação pertinente às demais pessoas jurídicas, pois não entram no rol, ou seja, na unificação tributária permitida pelo SIMPLES.

Na guia única não estão incluídos os pagamentos de :Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários- IOF; Imposto sobre Importação de Produtos Estrangeiros – II, Imposto sobre Exportação, para o Exterior, de Produtos Nacionais ou Nacionalizados – IE, Imposto de Renda, relativo aos pagamentos ou créditos efetuados pela pessoa jurídica e aos rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável, bem assim relativo aos ganhos de capital obtidos na alienação de ativos, Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira- CPMF; Contribuição para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, Contribuição para a Seguridade Social, relativa ao empregado.

2.4.3 Da opção pelo Simples

A pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, desde que não pratique nenhuma das atividades impeditivas, e que esteja em situação regular para com a Fazenda Nacional e INSS, poderão optar pelo SIMPLES.

A pessoa jurídica inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica -CNPJ fará a opção pela tributação do Simples mediante alteração cadastral, informando se é contribuinte de IPI, ICMS e ISS e quanto ao porte da empresa.

O art 8º da Lei nº 9.317/96 dispõe que a opção exercida de conformidade com este artigo submeterá a pessoa jurídica à sistemática do SIMPLES a partir do primeiro dia do ano-calendário subsequente, sendo definitiva para todo o período. No caso de alteração formalizada após o mês de janeiro, o regime será aplicado a partir do primeiro dia do ano-calendário seguinte.

As pessoas jurídicas deverão manter em seus estabelecimentos, em local visível ao público, placa indicativa que esclareça tratar-se de microempresa ou empresa de pequeno porte inscrita no SIMPLES.

Não poderá optar pelo SIMPLES, a pessoa jurídica:

1. Na condição de ME que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior à opção, receita bruta superior a 240.000,00; (duzentos e quarenta mil reais) (Lei nº11.307/2006)

OBS.: Na hipótese de início de atividade no ano-calendário imediatamente anterior ao da opção, o valor será de R\$20.000,00 multiplicados pelo número de meses de funcionamento naquele período, desconsideradas as frações de meses, exceto a fração do mês de dezembro, que será considerada.

2. Na condição de EPP que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior à opção, receita bruta superior a R\$ 2.400.000,00; (dois milhões e quatrocentos mil reais) (Lei nº11.307/2006)

OBS.: Na hipótese de início de atividade no ano-calendário imediatamente anterior ao da opção, o valor será de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) multiplicados pelo número de meses de funcionamento naquele período, desconsideradas as frações de meses, exceto a fração do mês de dezembro, que será considerada.

3. Constituída sob a forma de sociedade por ações;

4. Cujas atividades sejam: banco comercial, banco de investimentos, banco de desenvolvimento, caixa econômica, sociedade de crédito, financiamento e investimento, sociedade de crédito imobiliário, sociedade corretora de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidora de títulos e valores mobiliários, empresa de arrendamento mercantil, cooperativa de crédito, empresa de seguros privados e de capitalização e entidade de previdência privada aberta;

5. Que se dedique à compra, à venda, ao loteamento, à incorporação ou à construção de imóveis;

OBS.: A vedação à atividade de construção de imóveis, abrange as obras e serviços auxiliares e complementares da construção civil, tais como:

a) a construção, demolição, reforma e ampliação de edificações;

b) sondagens, fundações e escavações;

c) construção de estradas e logradouros públicos;

d) construção de pontes, viadutos e monumentos;

e) terraplenagem e pavimentação;

f) pintura, carpintaria, instalações elétricas e hidráulicas, aplicação de tacos e azulejos, colocação de vidros e esquadrias; e

g) quaisquer outras benfeitorias agregadas ao solo ou subsolo.

6. Que tenha sócio estrangeiro, residente no exterior;

7. Constituída sob qualquer forma, de cujo capital participe entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal;

8. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no país, de pessoa jurídica com sede no exterior;

9. Cujos titulares ou sócios participem com mais de 10% do capital de outra empresa, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de R\$2.400.000,00.(dois milhões e quatrocentos mil reais)

OBS.: Esta vedação não se aplica à participação em centrais de compras, bolsas de subcontratação, consórcio de exportação e associações assemelhadas, sociedades de interesse econômico, de garantia solidária e outros tipos de sociedades, que tenham como objetivo social a defesa exclusiva dos interesses econômicos das microempresas e empresas de pequeno porte, desde que estas não exerçam as atividades de importação de produtos estrangeiros, locação ou administração de imóveis, armazenamento e depósito de produtos de terceiros, propaganda e

publicidade (excluídos os veículos de comunicação), factoring e prestação de serviços de vigilância, limpeza, conservação e locação de mão-de-obra.

10. De cujo capital participe, como sócio, outra pessoa jurídica;

11. Locação ou administração de imóveis; armazenamento e depósito de produtos de terceiros; propaganda e publicidade, excluídos os veículos de comunicação; factoring; prestação de serviço de vigilância, limpeza, conservação e locação de mão-de-obra;

12. Que preste serviços profissionais de corretor, representante comercial, despachante, ator, empresário, diretor ou produtor de espetáculos, cantor, músico, dançarino, médico, dentista, enfermeiro, veterinário, engenheiro, arquiteto, físico, químico, economista, contador, auditor, consultor, estatístico, administrador, programador, analista de sistema, advogado, psicólogo, professor, jornalista, publicitário, fisicultor ou assemelhados, e de qualquer profissão cujo exercício dependa de habilitação profissional legalmente exigida;

OBS 1) Creches, pré-escolas, estabelecimentos de ensino fundamental, centros de formação de condutores de veículos automotores de transporte terrestre de passageiros e de carga, agências lotéricas e agências terceirizadas de correios foram excluídos da presente vedação (Lei 10.034, de 24.10.00 -DOU de 25.10.00 - art. 1º; alterado pela Lei 10.684, de 30/05/03 -DOU de 31/05/03 (edição extra) - art.24).

OBS 2) Conforme determina o art. 4º da Lei no 10.964, de 28 de outubro de 2004, alterada pelo art. 15 da Lei nº 11.051, de 29 de dezembro de 2004, ficam excetuadas da restrição de que trata o inciso XIII do art. 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, ou seja, a vedação não se aplica às pessoas jurídicas que se dediquem às seguintes atividades:

I) serviços de manutenção e reparação de automóveis, caminhões, ônibus e outros veículos pesados(CNAE 5020-2/01 e 5020-2/02);

II) serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores (CNAE 5020-2/05);

III) serviços de manutenção e reparação de motocicletas, motonetas e bicicletas (CNAE 5042-3/00) e 5279-5/04);

IV) serviços de instalação, manutenção e reparação de máquinas de escritório e de informática (CNAE 7250-8/00);

V) serviços de manutenção e reparação de aparelhos eletrodomésticos (CNAE 5271-0/01).

VI) reparação e manutenção de aparelhos telefônicos (CNAE 5271-0/02).

OBS.: 3) Esta vedação não se aplica ao exercício da atividade de prestação de serviços de jardinagem, desde que não se tipifique como obra de construção civil, não caracterize locação de mão-de-obra, não configure execução de projetos e serviços de paisagismo, nem se enquadre em qualquer das demais vedações legais à referida opção (ADI SRF nº 6, de 17.07.2005).

13. Que participe do capital de outra pessoa jurídica, ressalvados os investimentos provenientes de incentivos fiscais efetuados antes da vigência da Lei 7256/84, quando se tratar de ME, ou antes da vigência da Lei 9317/96, quando se tratar de EPP;

OBS.: Esta vedação não se aplica à participação em centrais de compras, bolsas de subcontratação, consórcio de exportação e associações assemelhadas, sociedades de interesse econômico, de garantia solidária e outros tipos de sociedades, que tenham como objetivo social a defesa exclusiva dos interesses econômicos das microempresas e empresas de pequeno porte, desde que estas não exerçam as atividades de: locação ou administração de imóveis, armazenamento e depósito de produtos de terceiros, propaganda e publicidade (excluídos os veículos de comunicação), *factoring* e prestação de serviços de vigilância, limpeza, conservação e locação de mão-de-obra.

14. Que tenha débito inscrito em dívida ativa da União ou do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

15. Cujo titular, ou sócio que participe de seu capital com mais de 10%, esteja inscrito em dívida ativa da União ou do INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

16. Que seja resultante de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento da pessoa jurídica, salvo em relação aos eventos ocorridos antes da vigência de Lei 9317/96;

17. Cujo titular, ou sócio com participação em seu capital superior a 10%, adquira bens ou realize gastos em valor incompatível com os rendimentos por ele declarados;

18. Que exerça a atividade de industrialização, por conta própria ou por encomenda, de bebidas e cigarros, classificados nos Capítulos 22 e 24, respectivamente, da Tabela de Incidência do IPI – TIPI, sujeitos ao regime de tributação de que trata a

Lei nº 7.798, de 10/07/1989; mantidas até 31 de dezembro de 2000, as opções já exercidas.

2.4.4 Vedação quanto ao recolhimento unificado do ICMS e ISS

Não poderá pagar o ICMS, na forma do SIMPLES, ainda que a unidade federada seja conveniada, a pessoa jurídica:

- .que possua estabelecimento em mais de uma unidade federada;
- .que exerça, ainda que parcialmente, atividade de transporte interestadual ou intermunicipal.

E não poderá pagar o ISS, na forma do SIMPLES, mesmo que o município seja conveniado àquelas que possuírem estabelecimento também em outros municípios.

2.4.5 Da exclusão do Simples

A exclusão do SIMPLES será feita mediante comunicação pela pessoa jurídica ou de ofício.

- *Pela pessoa jurídica*

Será pela pessoa jurídica quando por opção ou por obrigatoriedade. Será obrigatório quando:

- 1) Incorrer em qualquer das situações excludentes constantes do art. 9º da Lei nº.9.317/96;
- 2) Ultrapassando, no ano-calendário de início de atividades, o limite de receita bruta correspondente a R\$200.000,00 (duzentos mil reais) multiplicados pelo número de meses de funcionamento nesse período.

Também se aplica a microempresa que exceder o limite de receita bruta correspondente a R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) no ano-calendário imediatamente anterior. A mesma estará excluída dessa condição, podendo, mediante alteração cadastral, inscrever-se na condição de empresa de pequeno porte.

- *Por ofício*

A exclusão dar-se-á por *ofício*, quando:

- a. a pessoa jurídica deixa de comunicar ao órgão competente quanto da sua exclusão obrigatória;
- b. quando houver embargo à fiscalização, negativa a exibição de livros e documentos a que estiver obrigada, pelo não fornecimento de informações sobre bens, movimentação financeira, quando intimado e demais hipóteses no artigo 200 da Lei 5.172/66 – Sistema Tributário Nacional;
- c. constituição da pessoa jurídica por interpostas pessoas que não sejam os verdadeiros sócios ou acionistas, ou o titular, no caso de firma individual; prática reiterada de infração à legislação tributária;
- d. comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho;
- e. incidência em crimes contra a ordem tributaria, com decisão definitiva. A exclusão de ofício dar-se-á mediante ato declaratório fiscal da Secretaria da Receita Federal que jurisdicione o contribuinte, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Quando for obrigatório o comunicado deverá ser feito até:

- último dia útil do mês de janeiro do ano-calendário subsequente àquele em que se deu o excesso da receita bruta no caso da ME – receita superior a R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e da EPP R\$2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais);
- até o último dia útil do mês subsequente àquele em que houver ocorrido o fato que deu ensejo à exclusão, nas hipóteses descritas no art. 9º, ou seja, àquelas atividades vetadas à opção do SIMPLES, bem como àquelas que ultrapassaram, no ano-calendário de início de atividades, o limite de receita bruta de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) multiplicados pelo número de meses de funcionamento nesse período.

A exclusão do SIMPLES surtirá efeito a partir:

- do ano-calendário subsequente, quando tratar-se por opção da pessoa jurídica;
- será a partir do mês subsequente ao que for incorrida a situação excludente, nas hipóteses de que tratam os incisos III a XIV e XVII a XIX do art 9º da lei 9.317/96;
- na hipótese da empresa ter ultrapassado no ano-calendário de início de atividades, o limite de receita bruta correspondente a R\$200,000,00 (duzentos mil reais) multiplicados pelo número de meses de funcionamento nesse período, a exclusão dar-se-á a partir do início de atividade da pessoa jurídica, sujeitando-a ao pagamento da totalidade ou diferença dos respectivos impostos e contribuições, devidos de conformidade com as normas gerais de incidência, acrescidos apenas de juros de mora quando efetuados antes do início de procedimentos de ofício.
- a partir do ano-calendário subsequente àquele em for ultrapassado o limite estabelecido, nas hipóteses dos incisos I e II do art 9º,
- a partir , inclusive, do mês de ocorrência de qualquer dos fatos mencionados no art 14, item II à VII.
- a partir do ano-calendário subsequente ao da ciência do ato declaratório de exclusão , nos casos dos incisos XV e XVI do art 9º.

De acordo com o parágrafo 1º do art 15 da lei 9.317/96, a pessoa jurídica que, por qualquer razão, for excluída do SIMPLES deverá apurar o estoque de produtos, matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem existente no último dia do último dia do último dia em que houver apurado o IPI ou o ICMS de conformidade com aquele sistema e determinar, a partir da respectiva documentação de aquisição, o montante dos créditos que serão passíveis de aproveitamento nos períodos de apuração subsequentes.

2.4.6 Alíquotas de recolhimento

Sobre a receita bruta auferida no mês será aplicada alíquota conforme tabela abaixo. Para tanto deverá ser apurada a receita bruta acumulada no ano para ver em que faixa de receita bruta a ME ou EPP se enquadra.

Tabela 05 - Alíquotas de Recolhimento

Receita Acumulada/ano R\$	ENQUADRAMENTO DA PESSOA JURIDICA	EMPRESA COMERCIAL	EMPRESA INDUSTRIAL	*EMPRESA PREST. SERVIÇOS
Até 60.000,00	ME	3,0%	3,5%	4,5%
De 60.000,01 a 90.000,00	ME	4,0%	4,5%	6,0%
De 90.000,01 a 120.000,00	ME	5,0%	5,5%	7,5%
De 120.000,01 a 240.000,00	EPP	5,4%	5,9%	8,1%
De 240.000,01 a 360.000,00	EPP	5,8%	6,3%	8,7%
De 360.000,01 a 480.000,00	EPP	6,2%	6,7%	9,3%
De 480.000,01 a 600.000,00	EPP	6,6%	7,1%	9,9%
De 600.000,01 a 720.000,00	EPP	7,0%	7,5%	10,5%
De 720.000,01 a 840.000,00	EPP	7,4%	7,9%	11,1%
De 840.000,01 a 960.000,00	EPP	7,8%	8,3%	11,7%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	EPP	8,2%	8,7%	12,3%
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	EPP	8,6%	9,1%	12,9%
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	EPP	9,0%	9,5%	13,5%
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	EPP	9,4%	9,9%	14,10%
DE 1.440.000,01 a 1.560.000,00	EPP	9,8%	10,3%	14,70%
DE 1.560.000,01 a 1.680.000,00	EPP	10,2%	10,7%	15,30%
DE 1.680.000,01 a 1.800.000,00	EPP	10,6%	11,1%	15,90%
DE 1.800.000,01 a 1.920.000,00	EPP	11,0%	11,5%	16,50%
DE 1.920.000,01 a 2.040.000,00	EPP	11,4%	11,9%	17,10%
DE 2.040.000,01 a 2.160.000,00	EPP	11,8%	12,3%	17,70%
DE 2.160.000,01 a 2.280.000,00	EPP	12,2%	12,7%	18,30%
DE 2.280.000,01 a 2.400.000,00	EPP	12,6%	13,1%	18,90%

Fonte: www.receita.fazenda.gov.br

*De acordo com o art. 24 da Lei nº10.684/2003, ficam acrescidos de cinquenta por cento (50%) os percentuais previstos na tabela de cálculo do SIMPLES, para as empresas jurídicas que auferirem receita bruta decorrente da

prestação de serviços em montante igual ou superior a trinta por cento (30%) da receita bruta total.

Se o município onde a empresa estiver estabelecida celebrar convênio com a União para a sistemática do SIMPLES, os acréscimos serão de:

- I- 1% para microempresas contribuinte exclusivamente do ISS e de 0,5% no caso de contribuinte tanto do ISS como do ICMS;
- II- - 2,5% para a empresa de pequeno porte contribuinte exclusivamente do ISS e de 0,5% no caso de contribuinte tanto de ISS como do ICMS.

No caso do município considerar empresa de pequeno porte àquelas com receita bruta superior a R\$720,000,00 (setecentos e vinte mil reais) os acréscimos são, respectivamente, de 3,5% e 1% na forma da Lei nº9,732, de 11,12,1998.

A empresa de pequeno porte, que no decurso do ano-calendário, exceder o limite de receita bruta acumulada de R\$2,400,000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) adotará, dentro daquele ano, em relação aos valores excedentes, os percentuais acrescidos de 20% (vinte por cento), passando, a ser:

- a) 15,12% para as empresas comerciais;
- b) 15,72 para as empresas industriais;
- c) 22,68% para as empresas prestadoras de serviços.

2.4.7 Forma de cobrança, recolhimento e fiscalização

➤ Cobrança

O pagamento unificado de impostos e contribuições devidos pelas ME e EPP optantes pelo SIMPLES deverá ser feito de forma centralizada até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente àquele em que houver sido auferida a receita bruta (Lei 11.196/2005).

➤ Recolhimento

O pagamento se dará por documento de arrecadação único e específico (DARF-SIMPLES).

Os impostos e contribuições devidos pelas pessoas jurídicas inscritas no SIMPLES não poderão ser objeto de parcelamento (Lei 10.925/2004).Aplicam-se aos impostos e contribuições devidos pelo SIMPLES,as normas relativas aos juros e

multa de mora e de ofício previstas para o imposto de renda, inclusive, quando for o caso, em relação ao ICMS e ao ISS.

➤ **Fiscalização**

A inobservância da exigência em relação à placa visível de que àquela empresa trata-se de Me ou EPP no SIMPLES implica na multa de 2% do total dos impostos e contribuições devidos de conformidade com o SIMPLES no próprio mês em que constatada a irregularidade. Enquanto perdurar o descumprimento dessa obrigação será aplicada tal multa mensalmente.

Em relação a falta de comunicação, quando obrigatória, da exclusão da pessoa jurídica do SIMPLES será aplicada multa de 10% do total dos impostos e contribuições devidos de conformidade com o SIMPLES no mês que anteceder o início dos efeitos da exclusão, não inferior a R\$100,00 (cem reais).

Compete à Secretaria da Receita Federal as atividades de arrecadação, cobrança, fiscalização e tributação.

Aos processos de determinação e exigência dos créditos tributários e de consulta, relativos aos impostos e contribuições, aplicam-se as normas relativas ao imposto de renda.

A celebração de convênios entre Unidades Federadas e Municípios, implica delegar competência à Secretaria da Receita Federal, quanto a arrecadação, cobrança, fiscalização e tributação.

2.4.8 Partilha dos valores pagos

De acordo com o art. 23 da lei 9,317/96 com redação dada pela Lei nº 11307/06, os valores pagos pelas pessoas jurídicas inscritas no SIMPLES corresponderão a tabela seguinte:

Tabela 06 – Partilha de valores

Receita bruta	Me	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/PASEP	CONT SEG .SOCIAL
Até 60,000,00	ME	0	0,3	0,9	0	1,8
De 60,000,01 a 90,000,00	ME	0	0,4	1,2	0	2,4
De 90,000,01 a 120,000,00	ME	0	0,5	1,5	0	3
De 120,000,01 a 240,000,00	ME	0	0,54	1,62	0	3,24
Até 240,000,00	EPP	0	0,54	1,62	0	3,24
De 240.000,01 a 360.000,00	EPP	0,41	0,41	1,21	4,29	3,48
De 360,000,01 a 480,000,00	EPP	0,44	0,44	1,29	0,31	3,72
De 480,000,01 a 600,000,00	EPP	0,46	0,46	1,38	0,34	3,96
De 600,000,01 a 720.000,00	EPP	0,49	0,49	1,47	0,35	4,2
De 720,000,01 a 840,000,00	EPP	0,52	0,52	1,55	0,37	4,44
De 840,000,01 a 960,00,000	EPP	0,55	0,55	1,63	0,39	4,68
De 960,000,01 a 1,080,000,00	EPP	0,58	0,58	1,71	0,41	4,92
De 1,080,000,01 a 1,200,000,00	EPP	0,6	0,6	1,81	0,43	5,16
De 1,200,000,01 a 1,320,000,00	EPP	0,63	0,63	1,88	0,46	5,4
De 1,320,000,01 a 1,440,000,00	EPP	0,65	0,65	1,97	0,49	5,64
DE 1,440,000,01 a 1,560,000,00	EPP	0,68	0,68	2,05	0,51	5,88
DE 1,560,000,01 a 1,680,000,00	EPP	0,71	0,71	2,12	0,54	6,12
DE 1,680,000,01 a 1,800,000,00	EPP	0,74	0,74	2,2	0,56	6,36
DE1,800,000,01 a 1,920,000,00	EPP	0,77	0,77	2,27	0,59	6,6
DE 1,920,000,01 a 2,040,000,00	EPP	0,8	0,8	2,35	0,61	6,84
De 2,040,000,01 a 2,160,000,00	EPP	0,84	0,84	2,42	0,62	7,08
DE 2,160,000,01 A 2,280,000,00	EPP	0,86	0,86	2,52	0,64	7,32
DE 2,280,000,01 A 2,400,000,00	EPP	0,89	0,89	2,61	0,65	7,56

Fonte: www.receita.fazenda.gov.br

Os percentuais relativos ao IPI e ICMS e ao ISS serão acrescidos de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei 9.317/06.

Os valores arrecadados pelo SIMPLES, serão creditados a cada imposto e contribuição a que corresponder.

2.4.9 Repasse as Unidades Federadas e aos Municípios

Serão repassadas diretamente pela União, às Unidades Federadas e aos Municípios conveniados, até o ultimo dia útil do mês da arrecadação, os valores correspondentes, respectivamente ao ICMS e ao ISS, vedada qualquer retenção.

2.4.10 Isenção dos rendimentos distribuídos aos sócios e ao titular

Consideram-se isentos do imposto de renda, na fonte e na declaração de ajuste dos beneficiários, os valores efetivamente pagos ao titular ou sócio da microempresa ou da empresa de pequeno porte, salvo os que corresponderem a pró-labore, aluguéis ou serviços prestados.

2.4.11 Parcelamento

Poderá ser autorizado o parcelamento, em até setenta e duas (72) parcelas mensais e sucessivas, dos débitos para com a Fazenda Nacional e para com a Seguridade Social relativos a fatos ocorridos até 31 de outubro de 1996.

O valor mínimo de cada parcela será de R\$50,00 (cinquenta reais), considerados isoladamente os débitos para com a Fazenda Nacional e para com a Seguridade Social.

2.4.12 Vedação aos incentivos fiscais

A inscrição no SIMPLES veda, para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a utilização ou destinação de qualquer valor a título de incentivo fiscal, bem assim, a apropriação ou a transferência de créditos relativos ao IPI e ao ICMS, salvo em relação ao ICMS, quando a Unidade Federada em que esteja localizada a ME ou EPP não tenha aderido ao SIMPLES.

2.4.13 Obrigações acessórias

A ME e a EPP, inscritas no SIMPLES apresentarão, anualmente declaração simplificada que será entregue até o último dia útil do mês de maio do ano-calendário subsequente ao da ocorrência dos fatos geradores dos impostos e contribuições que compõe a unificação. Ambas estão dispensadas da escrituração comercial, desde que mantenham, em boa ordem e guarda e enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais ações que lhes sejam pertinentes; no entanto deverão escriturar o Livro caixa e o Livro de Registro de

Inventário. A legislação dispensa algumas obrigações acessórias, mas, não dispensa àquelas previstas na legislação previdenciária e trabalhista.

2.5 LEI COMPLEMENTAR Nº. 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 (SIMPLES NACIONAL)

Atendendo ao disposto no art. 146 do capítulo do Sistema Tributário Nacional da CF, criou-se a Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006, o qual revogou a partir de 1º de julho de 2007, a Lei nº. 9.317, de 5 de dezembro de 1996. A LC 123 institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, difundidos por muitos, como Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas ou simplesmente SUPERSIMPLES.

Vale salientar que com o advento da LC 123, os regimes próprios criados pelos entes federados que davam tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas deixam de ter validade. Isto porque, atendendo ao disposto no artigo 94 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT que preconiza o seguinte:

Os regimes especiais de tributação para microempresas e empresas de pequeno porte próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cessarão a partir da entrada em vigor do regime previsto no art.146,III, d, da Constituição.(art. 94 ADCT).

A referida LC estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere:

- I- à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias;
- II-ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias;
- III-ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão. (Art 1º LC nº123).

A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, sancionada no dia 14 de dezembro pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para muitos, significa na prática menos burocracia, menos impostos e mais crescimento para as micro e pequenas empresas do País.

Segundo a Agencia Nacional do SEBRAE a Pequena empresa entra em nova fase de crescimento. Com a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, segmento terá vários benefícios como à redução da carga tributária.

A lei está em vigor desde o dia 15 de dezembro de 2006, data de sua publicação no Diário Oficial da União, com exceção do capítulo IV que trata especificamente sobre os Tributos e Contribuições que teve sua vigência a partir de 1º de julho de 2007, sendo este capítulo o foco do presente estudo.

A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, ou simplesmente SUPERSIMPLES, valerá para todo o País, o que vai aumentar significativamente o número de empregos formais e a participação das micro e pequenas empresas na economia nacional, segundo o gerente de Políticas Públicas do SEBRAE, Bruno Quick.

De acordo com a coordenadora do Observatório do Mercado de Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, Paula Montagner (2006), a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas vai abrir mais espaço para o crescimento de milhares de iniciativas que surgem no País, uma vez que a intenção da legislação vem no sentido de que os pequenos empreendimentos ganhem musculatura e mais rentabilidade.

2.5.1 Principais benefícios da LC 123

O Super Simples é o capítulo tributário da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas que substitui o atual Simples, instituindo um regime especial de tributação para o segmento, engloba tributos federais, estaduais e municipais, a serem recolhidos mensalmente, a partir da mesma base de cálculo e de uma escrituração contábil e fiscal única. A medida simplifica a arrecadação e diminui a carga tributária para os pequenos negócios.

Esse novo texto vai melhorar, uniformizar e simplificar as varias legislações hoje existentes com relação aos direitos e obrigações da pequenas empresas –nos planos federal, estadual e federal. Ao racionalizar a carga tributária que incide sobre os pequenos negócios, a Lei Geral terá um papel relevante tanto para os contribuintes como para os agentes fiscais, o que resultara em aumento de competitividade das pequenas empresas e ampliação da capacidade produtiva do setor.(SEBRAE,2007).

A) Conceito nacional de micro e pequena empresa

Entre os pontos fundamentais da nova legislação, está a definição dos conceitos nacionais de micro e pequena empresa, estabelecendo-se que “micro” são aquelas com faturamento bruto anual de até R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), e “pequenas” aquelas com faturamento bruto anual de até R\$2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

B) Cálculo e pagamento de impostos

Pagamento único dos impostos federais, estaduais e municipais, por meio de um percentual reduzido que incidirá sobre o faturamento do mês. ICMS, ISS, INSS patronal, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL serão unificados. No lugar de várias guias de recolhimento, com várias datas e cálculos diferentes, haverá apenas um pagamento, com data e cálculo único de quitação.

C) Preferência nas compras públicas

A LC123/06 incentiva os governos a comprarem dos pequenos empreendimentos, pois nas licitações públicas, está previsto que as compras de bens e serviços de até R\$ 80 mil serão feitas exclusivamente de pequenos negócios. Também há permissão para a sua subcontratação por empresas de maior porte, possibilidade de fornecimentos parciais de grandes lotes, dentre outros dispositivos que farão com que as pequenas empresas efetivamente consigam participar de licitações em condições de igualdade com as grandes empresas. Com isso, as

prefeituras, por exemplo, poderão realizar as compras de empresas da própria localidade, beneficiando a economia local.

No entanto, a medida necessita regulamentação em todos os entes da Federação, ou seja, União, Estados e Municípios precisam cada um de legislação específica, determinando a aplicação da medida, como por exemplo, produtos e serviços que serão objeto de compras preferenciais de MPE, medidas que reforcem a transparência, divulgação local e planos de gestão desta política.

D) Redução de custos nas exportações

As exportações de pequenas empresas serão desoneradas, levando a esse segmento benefícios já usufruídos pelas grandes empresas. Os optantes pelo Simples Nacional terão uma grande redução de custos tributários nas suas exportações.

E) Formação de consórcio para compra e venda

Autoriza a formação de consórcios, com tempo indeterminado, que podem emitir uma só nota fiscal. Atualmente, para a formação desses grupos são emitidas notas no consórcio e nas empresas, resultando em uma dupla tributação, e a vigência tem tempo determinado.

Criação do consórcio simples, tipo de associação empresarial com o qual os pequenos negócios poderão se associar visando ganhos de escala, competitividade e acesso a novos mercados.

F) Obtenção de crédito

Estimula a expansão do crédito. Reforço ao cooperativismo de crédito e ao microcrédito, principalmente com a possibilidade das cooperativas de crédito que tenham ME e EPP, ou seus sócios, em seus quadros, acessarem recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o que barateará e alongará os prazos de financiamentos, ou seja, o custo dos financiamentos serão inferiores aos de mercado.

G) Inovação tecnológica

Está previsto que, no mínimo, 20% dos recursos públicos voltados para pesquisa, desenvolvimento e capacitação tecnológica sejam investidos em micro e pequenas empresas. Tais investimentos proporcionarão a modernização e inovação. Como isso as MPEs ficarão mais competitivas, agregando valor aos seus produtos.

H) Planejamento dos negócios

A contabilidade da empresa poderá efetivamente se voltar para seu planejamento e não mais para o simples cumprimento de obrigações fiscais e burocráticas. Será uma verdadeira ferramenta de gestão.

I) Do Comitê Gestor e Fórum Permanente

De acordo com o Art. 2º, inciso I e II da LC 123, caberá ao Comitê Gestor de Tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, vinculado ao Ministério da Fazenda a gerência quanto aos aspectos tributários e ao Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, com a participação dos órgãos federais competentes e das entidades vinculadas ao setor, os demais aspectos.

2.5.2 Novos segmentos no Simples Nacional

A Lei Geral estabelece a inclusão de novos setores no Simples Nacional. São eles:

- 1) veículos de comunicação, de radiodifusão sonora e de sons e imagens, e mídia externa;
- 2) empresas que se dediquem à construção de imóveis e obras de engenharia em geral, inclusive sob a forma de subempreitada;
- 3) operadores autônomos de transporte de passageiros;
- 4) empresas montadoras de estandes para feiras;
- 5) escolas livres, de línguas estrangeiras, artes, cursos técnicos e gerenciais;

- 6) produção cultural e artística;
- 7) produção cinematográfica e de artes cênicas;
- 8) administração e locação de imóveis de terceiros, cumulativamente;
- 9) academias de dança, de capoeira, de ioga, e de artes marciais;
- 10) academias de atividades físicas, desportivas, de natação e escolas de esportes;
- 11) elaboração de programas de computadores, inclusive jogos eletrônicos, desde que desenvolvidos em estabelecimento do optante;
- 12) licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação;
- 13) planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas, desde que realizados em estabelecimento do optante;
- 14) escritórios de serviços contábeis;
- 15) serviço de vigilância, limpeza ou conservação.
- 16) representação comercial e corretoras de seguros.

2.5.3 Segmentos que continuam no Simples Nacional

A Lei Geral mantém no Simples Nacional as atividades que já podiam pagar tributos pelo Simples Federal. São elas:

- 1) creche, pré-escola e estabelecimento de ensino fundamental;
- 2) agência terceirizada de correios;
- 3) agência de viagem e turismo;
- 4) centro de formação de condutores de veículos automotores de transporte terrestre de passageiros e de carga;
- 5) agência lotérica;
- 6) serviços de manutenção e reparação de automóveis, caminhões, ônibus, outros veículos pesados, tratores, máquinas e equipamentos agrícolas;
- 7) serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores;
- 8) serviços de manutenção e reparação de motocicletas, motonetas e bicicletas;
- 9) serviços de instalação, manutenção e reparação de máquinas de escritório e de informática;

10) serviços de reparos hidráulicos, elétricos, pintura e carpintaria em residências ou estabelecimentos civis ou empresariais, bem como manutenção e reparação de aparelhos eletrodomésticos;

11) serviços de instalação e manutenção de aparelhos e sistemas de ar condicionado, refrigeração, ventilação, aquecimento e tratamento de ar em ambientes controlados.

2.5.4 Definição de micro e pequena empresa

Conforme disposto no artigo 3º da LC 123, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o 1º art. 966 da Lei nº10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas conforme o caso.

2.5.5 Receita bruta

Diz o § 1º do art. 3º da LC123 “considera-se receita bruta[...], o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos”.

➤ Receita bruta da microempresa

Será considerada microempresa, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que auferir, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$240,000,00 (duzentos e quarenta mil reais).

➤ Receita bruta da empresa de pequeno porte

No caso para ser considerada empresa de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, deverá auferir, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$240,000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$2,400,000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

Menciona a referida LC que se as atividades iniciarem no próprio ano-calendário, o limite da receita bruta tanto para a micro ou pequena empresa será proporcional ao número de meses em que houver exercido atividade, inclusive as frações de meses.

2.5.6 Exclusão ao regime

De acordo com o disposto no capítulo II, art. 3º § 4º da LC123/06, ficam excluídas do regime diferenciado e favorecido a pessoa jurídica :

- I – de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- II- que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País de pessoa jurídica com sede no exterior;
- III – de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de R\$2,400,000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais);
- IV – cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de R\$2,400,000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais);
- V – cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de R\$2,400,000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais);
- VI – constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- VII – que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- VIII – que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

IX – resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

X – constituída sob a forma de sociedade por ações.

Conforme dispõe o § 5º do art.3º da LC 123/06, as vedações ao regime previsto nos incisos IV e VII do § 4º não se aplica à participação no capital de cooperativas de crédito, bem como em centrais de compras, bolsas de subcontratação, no consórcio previsto nesta Lei Complementar, e associações assemelhadas, sociedades de interesse econômico, sociedades de garantia solidária e outros tipos de sociedade, que tenham como objetivo social a defesa exclusiva dos interesses econômicos das microempresas e empresas de pequeno porte.

A legislação prevê as seguintes hipóteses de exclusão:

H1 - Na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte incorrer em alguma das situações (impeditivas ao regime) previstas nos incisos I ao X do § 4º do art.3º da LC123/06, será excluída do regime de que trata a Lei Complementar, com efeitos a partir do mês seguinte ao que incorrida a situação impeditiva.

H2- Observado o disposto no 1º § 2º do art.3º da referida LC, no caso de início de atividades, a microempresa que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual de R\$240,000,00 (duzentos e quarenta mil reais) passa, no ano-calendário seguinte, à condição de empresa de pequeno porte.

H3- Observado o disposto no 1º § 2º do art. 3º da LC123/06 no caso de início de atividades, a empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, não ultrapassar o limite de receita bruta anual previsto no inciso I do caput deste artigo passa, no ano-calendário seguinte, à condição de microempresa.

H4- A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual de R\$2,400,000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) fica excluída, no ano-calendário seguinte, do regime diferenciado e favorecido previsto por esta Lei Complementar para todos os efeitos legais.

H5 - A microempresa e a empresa de pequeno porte que no decurso do ano-calendário de início de atividade ultrapassarem o limite de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) multiplicados pelo número de meses de funcionamento nesse período

estarão excluídas do regime desta Lei Complementar, com efeitos retroativos ao início de suas atividades.

H6- Na hipótese de o Distrito Federal, os Estados e seus respectivos Municípios adotarem o disposto nos incisos I e II do caput do art. 19 e no art. 20 da Lei Complementar 123/06 (ver anexo), caso a receita bruta auferida durante o ano-calendário de início de atividade ultrapasse o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ou R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), respectivamente, multiplicados pelo número de meses de funcionamento nesse período, estará excluída do regime tributário previsto nesta Lei Complementar em relação ao pagamento dos tributos estaduais e municipais, com efeitos retroativos ao início de suas atividades.

A exclusão do regime da Lei Complementar de que tratam as hipóteses 5 e 6 (H5 e H6) não retroagirá ao início das atividades se o excesso verificado em relação à receita bruta não for superior a 20% (vinte por cento) dos respectivos limites referidos naqueles parágrafos, hipóteses em que os efeitos da exclusão dar-se-ão no ano-calendário subsequente.

2.5.7 Inscrição e baixa das empresas

➤ *Normas de inscrição*

Grande desburocratização, com a facilitação da abertura, racionalização das exigências de documentos e comprovantes para os empreendedores é o que preconiza a LC 123/06.

A abertura da empresa será efetuada mediante registro simplificado dos seus atos constitutivos, dispensando a microempresa e a empresa de pequeno porte de inscrição em qualquer outro cadastro. Em vez de vários números de identificação (inscrição estadual, municipal, CNPJ, Previdência Social dentre outros), será um único número, baseado no CNPJ, que funcionará como um banco de dados unificado. Além disso, todas as exigências para a abertura da empresa serão consolidadas e disponibilizadas de uma só vez, para que o empresário saiba o que deve fazer para formalizar o seu negócio.

Permite que o empresário sozinho abra uma empresa limitada. Esse modelo é vantajoso em relação aos outros porque protege o patrimônio dos sócios. Pela

legislação em vigor para abrir uma limitada é preciso que haja pelo menos dois sócios.

➤ *Licenças para funcionamento da empresa*

Os órgãos envolvidos na abertura e fechamento de empresas que sejam responsáveis pela emissão de licenças, alvará e autorizações de funcionamento somente realizarão vistorias após o início de operação do estabelecimento, salvo, nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto.

Para o funcionamento imediato da empresa, será emitido o Alvará de Funcionamento Provisório.

➤ *Da baixa da empresa*

A baixa da empresa será automática, mesmo que tenha débitos tributários, que poderão ser assumidos pelos sócios, liberando-os para abrir outros negócios.

2.5.8 Impostos incidentes no Simples Nacional

O Simples Nacional implica no recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, de oito tributos, sendo *seis federais*: Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRJ), Imposto sobre Produto Industrializado (IPI), Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS/Pasep), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Contribuição para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica (INSS patronal), *um estadual*: Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS), e *um municipal*: o Imposto sobre Serviços (ISS).

De acordo com o parágrafo 3º, Art. 13º da LC123/06, as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional ficam dispensadas do pagamento das demais contribuições instituídas pela União, inclusive as contribuições para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de que trata o art. 240 da Constituição Federal, e demais entidades de serviço social autônomo.

2.5.9 Impostos não incidentes no Simples Nacional

Os impostos não incidentes, ou seja, àqueles que não fazem parte do recolhimento mensal em documento único de arrecadação, deverão ser recolhidos observados a legislação específica, aplicável às demais pessoas jurídicas, são eles:

I - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF;

II – Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros - II;

III – Imposto sobre a Exportação, para o Exterior, de Produtos Nacionais ou Nacionalizados - IE;

IV – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - IPTR;

V – Imposto de Renda, relativo aos rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável;

VI – Imposto de Renda relativo aos ganhos de capital auferidos na alienação de bens do ativo permanente;

VII – Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF;

VIII – Contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX – Contribuição para manutenção da Seguridade Social, relativa ao trabalhador;

X – Contribuição para a Seguridade Social, relativa à pessoa do empresário, na qualidade de contribuinte individual;

XI – Imposto de Renda relativo aos pagamentos ou créditos efetuados pela pessoa jurídica a pessoas físicas;

XII – Contribuição para o PIS/Pasep, Cofins e IPI incidentes na importação de bens e serviços;

XIII – ICMS devido:

- nas operações ou prestações sujeitas ao regime de substituição tributária;
- por terceiro, a que o contribuinte se ache obrigado, por força da legislação estadual ou distrital vigente;
- na entrada, no território do Estado ou do Distrito Federal, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, bem como energia elétrica, quando não destinados à comercialização ou industrialização;

- por ocasião do desembaraço aduaneiro;
- na aquisição ou manutenção em estoque de mercadoria desacobertada de documento fiscal;
- na operação ou prestação desacobertada de documento fiscal;
- nas operações com mercadorias sujeitas ao regime de antecipação do recolhimento do imposto, bem como do valor relativo à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, nas aquisições em outros Estados e Distrito Federal, nos termos da legislação estadual ou distrital;

XIV – ISS devido:

- em relação aos serviços sujeitos à substituição tributária ou retenção na fonte;
- na importação de serviços;

Ficam excluídos também os demais tributos de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, não relacionados nos incisos I à XIV.XIV, acima descritos.

2.5.10 Atividades não permitidas no Simples Nacional

Além daquelas situações previstas no § 4º. Incisos I ao X da LC123/06, há aquelas dispostas no art. 17 em que a microempresa ou a empresa de pequeno porte, não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a saber:

Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte:

- I – que explore atividade de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, gerenciamento de ativos (asset management), compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring);
- II – que tenha sócio domiciliado no exterior;
- III – de cujo capital participe entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal;
- IV – que preste serviço de comunicação;

- V – que possua débito com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa;
- VI – que preste serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros;
- VII – que seja geradora, transmissora, distribuidora ou comercializadora de energia elétrica;
- VIII – que exerça atividade de importação ou fabricação de automóveis e motocicletas;
- IX – que exerça atividade de importação de combustíveis;
- X – que exerça atividade de produção ou venda no atacado de bebidas alcoólicas, cigarros, armas, bem como de outros produtos tributados pelo IPI com alíquota ad valorem superior a 20% (vinte por cento) ou com alíquota específica;
- XI – que tenha por finalidade a prestação de serviços decorrentes do exercício de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, que constitua profissão regulamentada ou não, bem como a que preste serviços de instrutor, de corretor, de despachante ou de qualquer tipo de intermediação de negócios;
- XII – que realize cessão ou locação de mão-de-obra;
- XIII – que realize atividade de consultoria;
- XIV – que se dedique ao loteamento e à incorporação de imóveis. (ART.17, LC.123/06)

2.5.11 Opção ao Simples Nacional

A opção deverá ser realizada por meio da internet no mês de janeiro, até o seu último dia útil, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do ano-calendário da opção.

A opção pelo Simples Nacional da pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa e empresa de pequeno porte será irretratável para todo o ano-calendário.

No momento da opção, o contribuinte deverá prestar declaração quanto ao não-enquadramento nas vedações previstas.

No caso no início das atividades da ME ou EPP no ano-calendário da opção, deverá ser observado o seguinte:

I - a ME ou a EPP, após efetuar a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), bem como obter a sua inscrição estadual e municipal, caso exigíveis, terá o prazo de até 10 (dez) dias, contados do último deferimento de inscrição, para efetuar a opção pelo Simples Nacional;

II – após a formalização da opção, a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) disponibilizará aos Estados, Distrito Federal e Municípios a relação dos contribuintes para verificação das informações prestadas;

III - os entes federativos deverão efetuar a comunicação à RFB acerca da verificação prevista no inciso II:

a) até o dia 5 (cinco) de cada mês, relativamente às informações disponibilizadas pela RFB do dia 20 ao dia 31 do mês anterior;

b) até o dia 14 (quatorze) de cada mês, relativamente às informações disponibilizadas pela RFB do dia 1º ao dia 9 do mesmo mês; (Incluída pela

c) até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, relativamente às informações disponibilizadas pela RFB do dia 10 ao dia 19 do mesmo mês.

Serão consideradas inscritas no Simples Nacional as microempresas e empresas de pequeno porte regularmente optantes pelo regime tributário de que trata a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, salvo as que estiverem impedidas de optar por alguma vedação imposta pela Lei Complementar 123/06.

2.5.12 Base de cálculo e alíquotas

➤ *Base de cálculo*

A base de cálculo para a determinação do valor devido mensalmente pelas ME e pelas EPP optantes pelo Simples Nacional será a receita bruta total mensal auferida, segregada na forma do art. 3º, incisos I a XIX da Resolução nº5, de 30 de maio de 2007, ou seja, as receitas deverão ser consideradas destacadamente, mensalmente e por estabelecimento, para fim de pagamento.

Aquelas que possuírem filiais, deverá ser considerado o somatório das receitas brutas de todos os estabelecimentos.

Pode ainda, por opção do contribuinte, ser aplicada a alíquota sobre a receita bruta auferida no mês (recolhimento pelo regime de caixa), na forma a ser

regulamentada pelo Comitê Gestor, sendo esta opção irretratável para todo o ano-calendário.

➤ *Alíquotas*

Para determinação da alíquota, a micro ou a pequena empresa, utilizará a receita bruta acumulada nos 12(doze) meses anteriores ao do período de apuração.

O valor devido mensalmente pela microempresa e empresa de pequeno porte, optante do Simples Nacional, será determinado mediante aplicação das alíquotas constantes das tabelas dos anexos I ao IV da LC 123/06, aplicadas sobre as receitas brutas auferidas de forma segregadas, em relação às atividades de comércio, indústria e prestação de serviços.

Exemplo prático:

Caso hipotético onde, a ME ou EPP – apurou receitas em função de suas operações comerciais – revendas de mercadorias em âmbito nacional (atividade relacionada ao Anexo I, tabela 1 da Resolução nº5 de 30/05/07).

Dados: Receita bruta acumulada dos últimos 12 meses (RB -T12) de agosto/2006 a julho/2007 =R\$120.000,00.

Receita bruta no mês de apuração (RBA) agosto/2007=R\$10.000,00

Tabela 07 - Receita bruta nos últimos doze meses e do mês de apuração

Ago/06	Set/06	Out/06	Nov/06	Dez/06	Jan/07	Fev/07
10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
Mar/07	Abr/07	Mai/07	Jun/07	Julh/07	RB-T12	Ago/07
10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	120.000,00	10.000,00

Fonte: o autor

Tabela 08 - Faixa de faturamento do Anexo I: Até R\$120.000,00

Receita Bruta Total em 12 meses (R\$)	Alíq.	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/Pasep	INSS	ICMS
Até 120.000,00	4,00%	-	0,21%	0,74%	0,00%	1,80%	1,25%

Fonte: autor

Alíquota a ser aplicada em agosto/2007 = 4%.

Receita Bruta no mês de Apuração R\$10.000,00x 4% = R\$400,00

Valor a recolher na DAS – Documento de Arrecadação Simples será de R\$400,00.

As alíquotas, tanto para as MEs quanto para as EPPs, variam de acordo com 20 faixas de enquadramento da receita bruta em 12 meses e de acordo com o tipo de empreendimento.

Para o comércio, serão aplicadas alíquotas constantes no Anexo I, da referida LC, a menor faixa de receita bruta até R\$120 mil, pagará 4% de tributos; a maior faixa, com receita bruta de um centavo acima de R\$2,28 milhões a R\$2,4 milhões pagará 11,61%.

Tabela 09 - Anexo I da LC 123/06 – Partilha do Simples Nacional – Comércio

Receita Bruta Total em 12 meses (em R\$)	Alíquota	IRPJ	CSLL	COFINS	Pis/Pasep	INSS	ICMS
Até 120.000,00	4,00%	0,00%	0,21%	0,74%	0,00%	1,80%	1,25%
De 120.000,01 a 240.000,00	5,47%	0,00%	0,36%	1,08%	0,00%	2,17%	1,86%
De 240.000,01 a 360.000,00	6,84%	0,31%	0,31%	0,95%	0,23%	2,71%	2,33%
De 360.000,01 a 480.000,00	7,54%	0,35%	0,35%	1,04%	0,25%	2,99%	2,56%
De 480.000,01 a 600.000,00	7,60%	0,35%	0,35%	1,05%	0,25%	3,02%	2,58%
De 600.000,01 a 720.000,00	8,28%	0,38%	0,38%	1,15%	0,27%	3,28%	2,82%
De 720.000,01 a 840.000,00	8,36%	0,39%	0,39%	1,16%	0,28%	3,30%	2,84%
De 840.000,01 a 960.000,00	8,45%	0,39%	0,39%	1,17%	0,28%	3,35%	2,87%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	9,03%	0,42%	0,42%	1,25%	0,30%	3,57%	3,07%
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	9,12%	0,43%	0,43%	1,26%	0,30%	3,60%	3,10%
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	9,95%	0,46%	0,46%	1,38%	0,33%	3,94%	3,38%
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	10,04%	0,46%	0,46%	1,39%	0,33%	3,99%	3,41%
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	10,13%	0,47%	0,47%	1,40%	0,33%	4,01%	3,45%
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	10,23%	0,47%	0,47%	1,42%	0,34%	4,05%	3,48%
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	10,32%	0,48%	0,48%	1,43%	0,34%	4,08%	3,51%
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	11,23%	0,52%	0,52%	1,56%	0,37%	4,44%	3,82%
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	11,32%	0,52%	0,52%	1,57%	0,37%	4,49%	3,85%
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	11,42%	0,53%	0,53%	1,58%	0,38%	4,52%	3,88%
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	11,51%	0,53%	0,53%	1,60%	0,38%	4,56%	3,91%
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	11,61%	0,54%	0,54%	1,60%	0,38%	4,60%	3,95%

Fonte: LC nº123/06.

No caso de atividades industriais serão tributadas na forma do Anexo II.

As alíquotas variam, nas mesmas faixas de receita bruta acumulada, de 4,5% a 12,11%.

Tabela 10 - Anexo II da LC 123/06– Partilha do Simples Nacional – Indústria

Receita Bruta Total em 12 meses (em R\$)	Alíq.	IRPJ	CSLL	COFINS	Pis/ Pasep	INSS	ICMS	IPi
Até 120.000,00	4,50%	0,00%	0,21%	0,74%	0,00%	1,80%	1,25%	0,50%
De 120.000,01 a 240.000,00	5,97%	0,00%	0,36%	1,08%	0,00%	2,17%	1,86%	0,50%
De 240.000,01 a 360.000,00	7,34%	0,31%	0,31%	0,95%	0,23%	2,71%	2,33%	0,50%
De 360.000,01 a 480.000,00	8,04%	0,35%	0,35%	1,04%	0,25%	2,99%	2,56%	0,50%
De 480.000,01 a 600.000,00	8,10%	0,35%	0,35%	1,05%	0,25%	3,02%	2,58%	0,50%
De 600.000,01 a 720.000,00	8,78%	0,38%	0,38%	1,15%	0,27%	3,28%	2,82%	0,50%
De 720.000,01 a 840.000,00	8,86%	0,39%	0,39%	1,16%	0,28%	3,30%	2,84%	0,50%
De 840.000,01 a 960.000,00	8,95%	0,39%	0,39%	1,17%	0,28%	3,35%	2,87%	0,50%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	9,53%	0,42%	0,42%	1,25%	0,30%	3,57%	3,07%	0,50%
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	9,62%	0,42%	0,42%	1,26%	0,30%	3,62%	3,10%	0,50%
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	10,45%	0,46%	0,46%	1,38%	0,33%	3,94%	3,38%	0,50%
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	10,54%	0,46%	0,46%	1,39%	0,33%	3,99%	3,41%	0,50%
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	10,63%	0,47%	0,47%	1,40%	0,33%	4,01%	3,45%	0,50%
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	10,73%	0,47%	0,47%	1,42%	0,34%	4,05%	3,48%	0,50%
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	10,82%	0,48%	0,48%	1,43%	0,34%	4,08%	3,51%	0,50%
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	11,73%	0,52%	0,52%	1,56%	0,37%	4,44%	3,82%	0,50%
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	11,82%	0,52%	0,52%	1,57%	0,37%	4,49%	3,85%	0,50%
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	11,92%	0,53%	0,53%	1,58%	0,38%	4,52%	3,88%	0,50%
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	12,01%	0,53%	0,53%	1,60%	0,38%	4,56%	3,91%	0,50%
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	12,11%	0,54%	0,54%	1,60%	0,38%	4,60%	3,95%	0,50%

Fonte: LC nº123/06

Para o setor de serviços, há diversos anexos e tabelas referentes à partilha do Simples Nacional.

No anexo III, seção II e III, tabela 01, por exemplo, consta as receitas decorrentes da prestação dos serviços previstos nos incisos I a XII do § 3º do art. 12 da Resolução CGSN nº 4, de 30 de maio de 2007, como: creche, pré-escola, agências de turismo ou agências lotéricas, impõe tributação de 6% a 17,42%.

Tabela 11 - Anexo III da LC 123/06 – Partilha do Simples Nacional – Serviços e Locação de Bens Móveis

Receita Bruta Total em 12 meses (em R\$)	Alíquota	IRPJ	CSLL	COFINS	Pis/Pasep	INSS	ISS
Até 120.000,00	6,00%	0,00%	0,39%	1,19%	0,00%	2,42%	2,00%
De 120.000,01 a 240.000,00	8,21%	0,00%	0,54%	1,62%	0,00%	3,26%	2,79%
De 240.000,01 a 360.000,00	10,26%	0,48%	0,43%	1,43%	0,35%	4,07%	3,50%
De 360.000,01 a 480.000,00	11,31%	0,53%	0,53%	1,56%	0,38%	4,47%	3,84%
De 480.000,01 a 600.000,00	11,40%	0,53%	0,52%	1,58%	0,38%	4,52%	3,87%
De 600.000,01 a 720.000,00	12,42%	0,57%	0,57%	1,73%	0,40%	4,92%	4,23%
De 720.000,01 a 840.000,00	12,54%	0,59%	0,56%	1,74%	0,42%	4,97%	4,26%
De 840.000,01 a 960.000,00	12,68%	0,59%	0,57%	1,76%	0,42%	5,03%	4,31%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	13,55%	0,63%	0,61%	1,88%	0,45%	5,37%	4,61%
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	13,68%	0,63%	0,64%	1,89%	0,45%	5,42%	4,65%
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	14,93%	0,69%	0,69%	2,07%	0,50%	5,98%	5,00%
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	15,06%	0,69%	0,69%	2,09%	0,50%	6,09%	5,00%
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	15,20%	0,71%	0,70%	2,10%	0,50%	6,19%	5,00%
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	15,35%	0,71%	0,70%	2,13%	0,51%	6,30%	5,00%
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	15,48%	0,72%	0,70%	2,15%	0,51%	6,40%	5,00%
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	16,85%	0,78%	0,76%	2,34%	0,56%	7,41%	5,00%
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	16,98%	0,78%	0,78%	2,36%	0,56%	7,50%	5,00%
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	17,13%	0,80%	0,79%	2,37%	0,57%	7,60%	5,00%
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	17,27%	0,80%	0,79%	2,40%	0,57%	7,71%	5,00%
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	17,42%	0,81%	0,79%	2,42%	0,57%	7,83%	5,00%

Fonte: LC nº123/06

No anexo IV, há partilha referente às receitas decorrentes da prestação dos serviços previstos nos incisos XIII a XVIII do § 3º do art. 12 da Resolução CGSN nº 4, de 30 de maio de 2007, sem retenção ou substituição tributária, com ISS devido a outro Município e ao próprio Município respectivamente. Essa tabela deve ser aplicada para serviços como produção cultural e artística, transporte municipal de passageiros e escolas de línguas, terá alíquotas de 4,5% a 16,85%.

Tabela 12 - Anexo IV da LC 123/06 – Partilha do Simples Nacional – Serviços

Receita Bruta Total em 12 meses (em R\$)	Alíquota	IRPJ	CSLL	COFINS	Pis/Pasep	ISS
Até 120.000,00	4,50%	0,00%	1,22%	1,28%	0,00%	2,00%
De 120.000,01 a 240.000,00	6,54%	0,00%	1,84%	1,91%	0,00%	2,79%
De 240.000,01 a 360.000,00	7,70%	0,16%	1,85%	1,95%	0,24%	3,50%
De 360.000,01 a 480.000,00	8,49%	0,52%	1,87%	1,99%	0,27%	3,84%
De 480.000,01 a 600.000,00	8,97%	0,89%	1,89%	2,03%	0,29%	3,87%
De 600.000,01 a 720.000,00	9,78%	1,25%	1,91%	2,07%	0,32%	4,23%
De 720.000,01 a 840.000,00	10,26%	1,62%	1,93%	2,11%	0,34%	4,26%
De 840.000,01 a 960.000,00	10,76%	2,00%	1,95%	2,15%	0,35%	4,31%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	11,51%	2,37%	1,97%	2,19%	0,37%	4,61%
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	12,00%	2,74%	2,00%	2,23%	0,38%	4,65%
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	12,80%	3,12%	2,01%	2,27%	0,40%	5,00%
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	13,25%	3,49%	2,03%	2,31%	0,42%	5,00%
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	13,70%	3,86%	2,05%	2,35%	0,44%	5,00%
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	14,15%	4,23%	2,07%	2,39%	0,46%	5,00%
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	14,60%	4,60%	2,10%	2,43%	0,47%	5,00%
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	15,05%	4,90%	2,19%	2,47%	0,49%	5,00%
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	15,50%	5,21%	2,27%	2,51%	0,51%	5,00%
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	15,95%	5,51%	2,36%	2,55%	0,53%	5,00%
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	16,40%	5,81%	2,45%	2,59%	0,55%	5,00%
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	16,85%	6,12%	2,53%	2,63%	0,57%	5,00%

Fonte: LC nº123/06

No anexo V há diversas tabelas destinadas aos serviços como academias, elaboração de softwares e escritórios de contabilidade apresenta alíquotas diferenciadas segundo a relação:

(r) = Folha de Salários incluídos encargos (em 12 meses)

Receita Bruta (em 12 meses)

Na hipótese em que (r) seja maior ou igual a 0,40 (quarenta centésimos), as alíquotas do Simples Nacional relativas ao IRPJ, PIS/PASEP, CSLL e COFINS corresponderão ao seguinte:

Tabela 13 - Anexo V da LC 123/06 – Partilha do Simples Nacional – Serviços

Receita Bruta Total em 12 meses (em R\$)	IRPJ, PIS/PASEP, COFINS E CSLL
Até 120.000,00	4,00%
De 120.000,01 a 240.000,00	4,48%
De 240.000,01 a 360.000,00	4,96%
De 360.000,01 a 480.000,00	5,44%
De 480.000,01 a 600.000,00	5,92%
De 600.000,01 a 720.000,00	6,40%
De 720.000,01 a 840.000,00	6,88%
De 840.000,01 a 960.000,00	7,36%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	7,84%
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	8,32%
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	8,80%
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	9,28%
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	9,76%
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	10,24%
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	10,72%
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	11,20%
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	11,68%
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	12,16%
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	12,64%
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	13,50%

Fonte: LC nº123/06

Na hipótese em que (r) seja maior ou igual a 0,35 (trinta e cinco centésimos) e menor que 0,40 (quarenta centésimos), a alíquota do Simples Nacional relativa ao IRPJ, PIS/Pasep, CSLL e COFINS para todas as faixas de receita bruta será igual a 14,00% (catorze por cento).

Na hipótese em que (r) seja maior ou igual a 0,30 (trinta centésimos) e menor que 0,35 (trinta e cinco centésimos), a alíquota do Simples Nacional relativa ao IRPJ, PIS/Pasep, CSLL e COFINS para todas as faixas de receita bruta será igual a 14,50% (catorze inteiros e cinquenta centésimos por cento).

E na hipótese em que (r) seja menor que 0,30 (trinta centésimos), a alíquota do Simples Nacional relativa ao IRPJ, PIS/Pasep, CSLL e Cofins para todas as faixas de receita bruta será igual a 15,00% (quinze por cento).

Somar-se-á a alíquota do Simples Nacional relativa ao IRPJ, PIS/Pasep, CSLL e COFINS apurada na forma do Anexo V a parcela correspondente ao ISS prevista no Anexo IV da referida Lei Complementar.

Em caso de início de atividade no próprio ano-calendário da opção pelo Simples Nacional, para efeito de determinação da alíquota no primeiro mês de atividade, o contribuinte utilizará como receita bruta total acumulada, a receita do próprio mês de apuração multiplicada por 12 (doze). E, nos próximos 11(onze) meses posteriores ao do início de atividade, deverá ser utilizada a média aritmética da receita bruta total dos meses anteriores ao do período de apuração, multiplicada por 12(doze).

2.5.13 Forma e prazo para recolhimento dos tributos devidos

Os tributos devidos deverão ser pagos por meio de documento único de arrecadação, instituído pelo Comitê Gestor, segundo códigos específicos, para cada espécie de receita.

O recolhimento deverá ser efetuado até o ultimo dia útil da primeira quinzena do mês subsequente àquele a que se referir.

Quando houve matriz e filial, o recolhimento deverá ser feito pela matriz.

O valor não pago até o vencimento, sofrerá encargos legais na forma prevista na legislação do Imposto sobre a Renda.

2.5.14 Sublimites

De acordo com o art. 13. da Resolução CGSN nº 004, de 30 de maio de 2007, sem prejuízo da possibilidade de adoção de todas as faixas de receita previstas no art. 18 da Lei Complementar nº. 123, de 2006, os Estados e o Distrito Federal poderão optar pela aplicação das faixas de receita bruta anual, para efeito de recolhimento do ICMS em seus respectivos territórios, observados os seguintes sublimites:

I – até R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), para os Estados cuja participação anual no Produto Interno Bruto brasileiro seja de até 1% (um por cento);
II – até R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), para os Estados cuja participação anual no Produto Interno Bruto brasileiro seja de mais de 1% (um por cento) e de menos de 5% (cinco por cento).

§ 1º Os Estados cuja participação anual no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro seja igual ou superior a 5% (cinco por cento) ficam obrigados a adotar todas as faixas de receita bruta anual.

§ 2º Para fins do disposto no caput, a participação no PIB brasileiro será apurada levando em conta o último resultado anual divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) até o último dia útil de setembro do ano-calendário da manifestação da opção.

§ 3º A opção prevista nos incisos I e II do caput, bem como a obrigatoriedade de adotar todas as faixas de receita bruta anual conforme o § 1º, produzirá efeitos somente para o ano-calendário subsequente.

2.5.15 Repasse das receitas arrecadadas

O repasse das receitas arrecadadas em relação ao ISS, ICMS e a Contribuição para manutenção da Seguridade Social aos entes federados, será em D+1, prazo estipulado pelo Comitê Gestor.

2.5.16 Benefícios fiscais – impedimento

As microempresas e as empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional não poderão utilizar ou destinar qualquer valor a título de incentivo fiscal, ou seja, não farão jus à apropriação nem transferirão créditos relativos a impostos ou contribuições abrangidos pelo Simples Nacional.

2.5.17 Obrigações fiscais e acessórias

De acordo com o art.25 da LC123/06 as microempresas e empresas de pequeno porte optantes do Simples Nacional apresentarão, anualmente, à

Secretaria da Receita Federal declaração única e simplificada de informações socioeconômicas e fiscais, que deverão ser disponibilizadas aos órgãos de fiscalização tributária e previdenciária, observados prazo e modelo aprovados pelo Comitê Gestor. No entanto, essa declaração não desobriga a prestação de informações relativas a terceiros.

O artigo 26 da LC123/06 dispõe sobre a obrigatoriedade em relação à emissão de documentos fiscais bem como a guarda, quis sejam:

- I – emitir documento fiscal de venda ou prestação de serviço, de acordo com instruções expedidas pelo Comitê Gestor;
- II – manter em boa ordem e guarda os documentos que fundamentaram a apuração dos impostos e contribuições devidos e o cumprimento das obrigações acessórias a que se refere o art. 25 da Lei Complementar 123/06 enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais ações que lhes sejam pertinentes.
- III - manter o livro-caixa em que será escriturada sua movimentação financeira e bancária.

Em relação aos empreendedores individuais com receita bruta acumulada no ano de até R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais):

- I – poderão optar por fornecer nota fiscal avulsa obtida nas Secretarias de Fazenda ou Finanças dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;
- II – farão a comprovação da receita bruta, mediante apresentação do registro de vendas independentemente de documento fiscal de venda ou prestação de serviço, ou escrituração simplificada das receitas, conforme instruções expedidas pelo Comitê Gestor;
- III – ficam dispensados da emissão do documento fiscal previsto no inciso I do caput deste artigo caso requeiram nota fiscal gratuita na Secretaria de Fazenda municipal ou adotem formulário de escrituração simplificada das receitas nos municípios que não utilizem o sistema de nota fiscal gratuita, conforme instruções expedidas pelo Comitê Gestor.

As microempresas e empresas de pequeno porte ficam sujeitas à entrega de declaração eletrônica que deva conter os dados referentes aos serviços prestados ou tomados de terceiros, na conformidade do que dispuser o Comitê Gestor.

A referida LC veda o estabelecimento de regras por partes das unidades políticas partícipes do sistema, apenas o Comitê Gestor pode sujeitar as empresas

optantes pelo Simples a outras obrigações acessórias com características nacionalmente uniformes.

2.5.18 Exclusão do Simples Nacional

A exclusão do Simples Nacional será feita de ofício ou mediante comunicação das empresas optantes.

a) *Exclusão de ofício*

A exclusão de ofício das empresas optantes pelo Simples Nacional dar-se-á quando:

- I – verificada a falta de comunicação de exclusão obrigatória;
- II – for oferecido embaraço à fiscalização, caracterizado pela negativa não justificada de exibição de livros e documentos a que estiverem obrigadas, bem como pelo não fornecimento de informações sobre bens, movimentação financeira, negócio ou atividade que estiverem intimadas a apresentar, e nas demais hipóteses que autorizam a requisição de auxílio da força pública;
- III – for oferecida resistência à fiscalização, caracterizada pela negativa de acesso ao estabelecimento, ao domicílio fiscal ou a qualquer outro local onde desenvolvam suas atividades ou se encontrem bens de sua propriedade;
- IV – a sua constituição ocorrer por interpostas pessoas;
- V – tiver sido constatada prática reiterada de infração ao disposto nesta Lei Complementar;
- VI – a empresa for declarada inapta, na forma dos arts. 81 e 82 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e alterações posteriores;
- VII – comercializar mercadorias objeto de contrabando ou descaminho;
- VIII – houver falta de escrituração do livro-caixa ou não permitir a identificação da movimentação financeira, inclusive bancária;
- IX – for constatado que durante o ano-calendário o valor das despesas pagas supera em 20% (vinte por cento) o valor de ingressos de recursos no mesmo período, excluído o ano de início de atividade;

X – for constatado que durante o ano-calendário o valor das aquisições de mercadorias para comercialização ou industrialização, ressalvadas hipóteses justificadas de aumento de estoque, for superior a 80% (oitenta por cento) dos ingressos de recursos no mesmo período, excluído o ano de início de atividade.

b) Exclusão mediante comunicação das empresas

Menciona o art. 30 da LC/123/06 que a exclusão do Simples Nacional, mediante comunicação das microempresas ou das empresas de pequeno porte, dar-se-á:

I – por opção;

II – obrigatoriamente, quando elas incorrerem em qualquer das situações de vedação previstas na LC citada; ou

III – obrigatoriamente, quando ultrapassado, no ano-calendário de início de atividade, o limite de receita bruta correspondente a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), multiplicados pelo número de meses de funcionamento nesse período, em relação aos tributos e contribuições federais, e, em relação aos tributos estaduais, municipais e distritais, de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ou R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), também multiplicados pelo número de meses de funcionamento no período, caso o Distrito Federal, os Estados e seus respectivos Municípios tenham adotado os limites previstos nos incisos I e II do art. 19 e no art. 20, ambos da Lei Complementar 123/06. Prazos para comunicação a Secretaria da Receita Federal

A exclusão deverá ser comunicada à Secretaria da Receita Federal:

I – quando por opção, até o último dia útil do mês de janeiro;

II – quando obrigatório, até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação;

III – quando também obrigatório, nas hipótese do inciso III do art. 30 da LC 123/06, até o último dia útil do mês de janeiro do ano-calendário subsequente ao do início de atividades.

➤ Efeitos da exclusão

A exclusão das microempresas ou das empresas de pequeno porte do Simples Nacional produzirá efeitos:

I – quando por opção do contribuinte, a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente, ressalvado o disposto no § 4º do artigo 31 da LC 123/06;

II – quando por obrigatoriedade, a partir do mês seguinte da ocorrência da situação impeditiva;

III – quando obrigatório, observado o disposto no inciso III do caput do art. 30 da LC/123/06:

a) desde o início das atividades;

b) a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente, na hipótese de não ter ultrapassado em mais de 20% (vinte por cento) o limite proporcional de que trata o § 10 do art. 3º da referida Lei Complementar, em relação aos tributos federais, ou os respectivos limites de que trata o § 11 do mesmo artigo, em relação aos tributos estaduais, distritais ou municipais, conforme o caso;

IV – na hipótese do inciso V do caput do art. 17 da mesma Lei Complementar, a partir do ano-calendário subsequente ao da ciência da comunicação da exclusão.

Nota 01- Na hipótese prevista no inciso III do caput do art. 30 da Lei Complementar, a microempresa ou empresa de pequeno porte não poderá optar, no ano-calendário subsequente ao do início de atividades, pelo Simples Nacional.

Nota 02- Na hipótese do inciso V do caput do art. 17 da Lei Complementar, será permitida a permanência da pessoa jurídica como optante pelo Simples Nacional mediante a comprovação da regularização do débito no prazo de até 30 (trinta) dias contado a partir da ciência da comunicação da exclusão.

Nota 03- A exclusão do Simples Nacional na hipótese em que os Estados, Distrito Federal e Municípios adotem limites de receita bruta inferiores a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) para efeito de recolhimento do ICMS e do ISS seguirá as regras acima, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor.

Nota 04- No caso de a microempresa ou a empresa de pequeno porte ser excluída do Simples Nacional no mês de janeiro, na hipótese (por opção), os efeitos da exclusão dar-se-ão nesse mesmo ano.

Nota 05- As microempresas ou as empresas de pequeno porte excluídas do Simples Nacional sujeitar-se-ão, a partir do período em que se processarem os efeitos da exclusão, às normas de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

2.5.19 Poder de fiscalização

A competência para fiscalizar o cumprimento das obrigações principais e acessórias relativas ao Simples Nacional e para verificar a ocorrência das hipóteses previstas no art. 29 da Lei Complementar 123/06 é da Secretaria da Receita Federal e das Secretarias de Fazenda ou de Finanças do Estado ou do Distrito Federal, segundo a localização do estabelecimento, e, tratando-se de prestação de serviços incluídos na competência tributária municipal, a competência será também do respectivo Município.

Pode as Secretarias de Fazenda ou de Finanças do Estado celebrar convênios com os Municípios de sua jurisdição para atribuir a estes a fiscalização.

Vale ressaltar que a legislação atribui o valor não pago, apurado em procedimento de fiscalização, o qual será exigido de ofício pela autoridade competente que realizou a fiscalização.

2.5.20 Dos acréscimos legais

Aplicam-se aos impostos e contribuições, as normas relativas aos juros e multa de mora e de ofício os previstos para o imposto de renda.

Em relação à omissão de comunicação, quando obrigatória à exclusão da empresa no regime do Simples Nacional, nos prazos determinados no parágrafo 1º do art 30 da LC 123/06, será aplicada multa de 10% do total do impostos e contribuições devidos, não inferior a R\$500,00 (quinhentos reais).

A imposição de multas não isenta das sanções previstas na legislação penal.

Quando o sujeito passivo deixar de apresentar a Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica no prazo fixado, ou que a apresentar com incorreções ou omissões, será intimado a apresentar declaração original, no caso de não-apresentação, ou a prestar esclarecimentos, nos demais casos, no prazo estipulado pela autoridade fiscal, na forma definida pelo Comitê Gestor, e sujeitar-se-á às seguintes multas:

I - de 2% (dois por cento) ao mês-calendário ou fração, incidentes sobre o montante dos tributos e contribuições informados na Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica, ainda que integralmente pago, no caso de falta de entrega da declaração

ou entrega após o prazo, limitada a 20% (vinte por cento), observado o disposto no § 3º do art. 36 da LC123/06;

II - de R\$ 100,00 (cem reais) para cada grupo de 10 (dez) informações incorretas ou omitidas.

2.5.21 Redução das multas

As multas serão reduzidas, à metade, quando a declaração for apresentada após o prazo, mas antes de qualquer procedimento de ofício; e a 75% (setenta e cinco por cento), se houver a apresentação da declaração no prazo fixado em intimação.

A legislação prevê o valor mínimo de multa a ser aplicada que corresponde a: R\$ 500,00 (quinhentos reais).

2.5.22 Competência do órgão julgador administrativo fiscal e judicial

a) Do processo administrativo fiscal

Art. 39 da LC 123/06 atribui a competência de recepcionar o contencioso administrativo relativo ao Simples Nacional ao órgão julgador integrante da estrutura administrativa do ente federativo que efetuar o lançamento ou a exclusão de ofício, observados os dispositivos legais atinentes aos processos administrativos fiscais desse ente.

Caberá ao Estado ou ao Distrito Federal o julgamento nos caso em que o contribuinte do Simples Nacional exerça atividades incluídas no campo de incidência do ICMS e do ISS e seja apurada omissão de receita de que não se consiga identificar a origem, a autuação será feita utilizando a maior alíquota prevista na Lei Complementar 123/06, e a parcela autuada que não seja correspondente aos tributos e contribuições federais será rateada entre Estados e Municípios ou Distrito Federal.

As consultas relativas ao Simples Nacional serão solucionadas pela Secretaria da Receita Federal, salvo quando se referirem a tributos e contribuições de competência estadual ou municipal, que serão solucionadas conforme a respectiva competência tributária, na forma disciplinada pelo Comitê Gestor.

b) Do processo judicial

À exceção em relação ao julgamento pelo Estado ou ao Distrito Federal nos casos em que o contribuinte do Simples Nacional exerça atividades incluídas no campo de incidência do ICMS e do ISS e seja apurada a omissão de receitas de ICMS e ISS, os processos relativos a tributos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional serão ajuizados em face da União, que será representada em juízo pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Os Estados, Distrito Federal e Municípios prestarão auxílio à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em relação aos tributos de sua competência, na forma a ser disciplinada por ato do Comitê Gestor.

2.5.23 Inscrição em dívida ativa

Os créditos tributários oriundos da aplicação da Lei Complementar 123/06 serão apurados, inscritos em Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. No entanto, mediante convênio, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderá delegar aos Estados e Municípios a inscrição em dívida ativa estadual e municipal e a cobrança judicial dos tributos estaduais e municipais a que se refere a citada Lei Complementar.

2.5.24 Do parcelamento

Poderão ser objeto do parcelamento de que trata o art. 79 da Lei Complementar nº 123, de 2006, todos os débitos relativos aos tributos e contribuições previstos no Simples Nacional, inclusive os inscritos em dívida ativa, relativos aos fatos geradores ocorridos até 31 de maio de 2007.

O parcelamento poderá ser concedido em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas; terá como valor mínimo de parcela mensal R\$ 100,00 (cem reais), considerados isoladamente os débitos para com os entes federados.

2.6 QUADRO COMPARATIVO - RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS

2.6.1 Comparativo I: Simples Nacional X Lucro Presumido

Por existirem outros regimes de tributação que podem ser aplicados as ME e EPPs, deve o profissional responsável pelos recolhimentos dos tributos fazer simulações para ver se é interessante economicamente aderir a esse novo regime de tributação.

A seguir, apenas para fins ilustrativos, um quadro comparativo entre o montante a ser recolhido anualmente por um escritório contábil optante pelo Simples Nacional e um escritório optante pelo Lucro Presumido.

Tabela 14 - Exemplo 01

Faturamento mensal: R\$ 10.000,00. Faixa de enquadramento: Microempresa

Folha de pagamento mensal: R\$ 1.500,00 (15% da receita bruta mensal)

Mês	Simples Nacional (15%)*	Lucro Presumido			
		IRPJ (15%) **	CSLL (9%)**	PIS/PASEP (0,65%)	COFINS (3%)
Janeiro	1.500,00	1.440,00	864,00	65,00	300,00
Fevereiro	1.500,00			65,00	300,00
Março	1.500,00			65,00	300,00
Abril	1.500,00	1.440,00	864,00	65,00	300,00
Maior	1.500,00			65,00	300,00
Junho	1.500,00			65,00	300,00
Julho	1.500,00	1.440,00	864,00	65,00	300,00
Agosto	1.500,00			65,00	300,00
Setembro	1.500,00			65,00	300,00
Outubro	1.500,00	1.440,00	864,00	65,00	300,00
Novembro	1.500,00			65,00	300,00
Dezembro	1.500,00			65,00	300,00
TOTAL	18.000,00	5.760,00	3.456,00	780,00	3.600,00
		13.596,00			

Fonte: G10

*Em relação ao Simples Nacional, foi aplicada a alíquota de 15%, constante da tabela 4, seção IV do Anexo V à LC 123, haja vista que fator "r" (folha de salários / receita bruta) é menor que 0,30 (trinta centésimos).

** As alíquotas do IRPJ e da CSLL foram aplicadas sobre a base de cálculo de 32% da receita bruta mensal (Art. 518, § 1º, III, do RIR/99 e Art. 89 da IN SRF nº 390/2004).

Verifica-se, no exemplo 1, uma economia anual de R\$ 4.404,00 pelo escritório contábil optante pelo Lucro Presumido, ou seja, neste exemplo, a opção pelo Simples Nacional seria prejudicial.

Tabela 15 - Exemplo 2

Faturamento mensal: R\$ 10.000,00 .Faixa de enquadramento: ME ; Folha de pagamento mensal: R\$ 4.500,00 (45% da receita bruta mensal)

Mês	Simples Nacional (4%)*	Lucro Presumido			
		IRPJ (15%) **	CSLL (9%)**	PIS/PASEP (0,65%)	COFINS (3%)
Janeiro	400,00	1.440,00	864,00	65,00	300,00
Fevereiro	400,00			65,00	300,00
Março	400,00			65,00	300,00
Abril	400,00	1.440,00	864,00	65,00	300,00
Maio	400,00			65,00	300,00
Junho	400,00			65,00	300,00
Julho	400,00	1.440,00	864,00	65,00	300,00
Agosto	400,00			65,00	300,00
Setembro	400,00			65,00	300,00
Outubro	400,00	1.440,00	864,00	65,00	300,00
Novembro	400,00			65,00	300,00
Dezembro	400,00			65,00	300,00
TOTAL	4.800,00	5.760,00	3.456,00	780,00	3.600,00
		13.596,00			

Fonte: G10.

*Em relação ao Simples Nacional, foi aplicada a alíquota de 4%, constante

da primeira faixa da seção I do Anexo V à LC 123 (receita bruta até R\$ 120.000,00), haja vista que fator "r" (folha de salários / receita bruta) é maior que 0,40 (quarenta centésimos).

**** As alíquotas do IRPJ e da CSLL foram aplicadas sobre a base de cálculo de 32% da receita bruta mensal (Art. 518, § 1º, III, do RIR/99 e Art. 89 da IN SRF nº 390/2004).**

Verifica-se, nas condições acima (exemplo 2), uma economia anual de R\$ 8.796,00 pelo escritório contábil optante pelo Simples Nacional, ou seja, neste exemplo, a opção pelo Simples Nacional seria benéfica.

Nos exemplos acima, foi considerado somente o devido a título do IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, não contemplando o devido a título de INSS e ISS, que permanecem sujeitos às normas aplicáveis aos demais contribuintes.

Faz-se importante, no entanto, observar que os dados acima, são apenas ilustrativos, haja vista que os valores serão alterados de acordo com o tipo de enquadramento, faturamento mensal e folha de salários. Apesar de fictícios, contudo, os exemplos evidenciam pelo menos duas questões importantes:

1ª - quanto maior a relação entre a folha de salários em comparação à receita bruta, mais vantajosa será a tributação no Simples Nacional;

2º - a importância de se efetuar um criterioso planejamento tributário para definir qual o melhor regime tributário aplicável.

2.6.2 Comparativo II: Simples Nacional x Simples Federal

Nas três empresas, A, B, C, o faturamento do ano de 2006 foram respectivamente, R\$ 1.200.000,00, R\$ 600.000,00 e R\$ 300.000,00. Como todas têm um faturamento maior do que R\$ 240.000,01 foram todas enquadradas como empresas de pequeno porte.

Nas simulações foi ignorado ICMS e o ISS e consideraram a cobrança apenas dos tributos federais. As empresas hipotéticas têm atividade exclusivamente comerciais.

O faturamento do hipotético ano de 2007 considera um faturamento igual para todas as três empresas, A, B, C, de R\$ 600.000,00.

A empresa A faturou no ano de 2006 o valor de R\$ 1.200.000,00 e no ano 2007 caiu para R\$ 600.000,00, sendo que sobre o faturamento de janeiro/2007 foi aplicado a alíquota de 6,02%. Como o faturamento caiu em 2007, no mês de dezembro a alíquota já havia caído para 5,02%.

A empresa B faturou no ano de 2006 o valor de R\$ 600.000,00 e no ano de 2007 permaneceu no mesmo valor. Sobre o faturamento de janeiro/2007 foi aplicada a alíquota de 5,02%, e a de dezembro/2007 é também de 5,02%.

A empresa C faturou no ano de 2006 o valor de R\$ 300.000,00 e no ano de 2007 dobrou este valor para R\$ 600.000,00. Sobre o faturamento de janeiro foi aplicada a alíquota de 4,51% e em dezembro esta subiu para 5,02%.

Tabela 16 – Simulação - Simples Nacional ou Super Simples

	EMPRESA A				EMPRESA B				EMPRESA C			
MÊS	VENDAS	FAT. ANTERIOR	ALÍQ.	IMPOSTO	VENDAS	FAT. ANTERIOR	ALÍQ.	IMPOSTO	VENDAS	FAT. ANTERIOR	ALÍQ.	IMPOSTO
jan.06	50.000				25.000				12.500			
fev.06	80.000				40.000				20.000			
mar.06	90.000				45.000				22.500			
abr.06	85.000				42.500				21.250			
mai.06	78.000				39.000				19.500			
jun.06	60.000				30.000				15.000			
jul.06	50.000				25.000				12.500			
ago.06	387.000				193.500				96.750			
set.06	95.000				47.500				23.750			
out.06	105.000				52.500				26.250			
nov.06	70.000				35.000				17.500			
dez.06	50.000				25.000				12.500			
TOTAL	1.200.000	-	-	-	600.000	-	-	-	300.000	-	-	-
jan.07	50.000	1.200.000	6,02%	3.010	50.000	600.000	5,02%	2.510	50.000	300.000	4,51%	2.255
fev.07	40.000	1.200.000	6,02%	2.408	40.000	625.000	5,46%	2.184	40.000	337.500	4,51%	1.804
mar.07	30.000	1.160.000	6,02%	1.806	30.000	625.000	5,46%	1.638	30.000	357.500	4,51%	1.353
abr.07	60.000	1.100.000	6,02%	3.612	60.000	610.000	5,46%	3.276	60.000	365.000	4,98%	2.988
mai.07	55.000	1.075.000	5,96%	3.278	55.000	627.500	5,46%	3.003	55.000	403.750	4,98%	2.739
jun.07	45.000	1.052.000	5,96%	2.682	45.000	643.500	5,46%	2.457	45.000	439.250	4,98%	2.241
jul.07	80.000	1.037.000	5,96%	4.768	80.000	658.500	5,46%	4.368	80.000	469.250	4,98%	3.984
ago.07	60.000	1.067.000	5,96%	3.576	60.000	713.500	5,46%	3.276	60.000	536.750	5,02%	3.012
set.07	40.000	740.000	5,52%	2.208	40.000	580.000	5,02%	2.008	40.000	500.000	5,02%	2.008
out.07	38.000	685.000	5,46%	2.075	38.000	572.500	5,02%	1.908	38.000	516.250	5,02%	1.908
nov.07	51.000	618.000	5,46%	2.785	51.000	558.000	5,02%	2.560	51.000	528.000	5,02%	2.560
dez.07	51.000	599.000	5,02%	2.560	51.000	574.000	5,02%	2.560	51.000	561.500	5,02%	2.560
TOTAL	600.000			34.768	600.000			31.748	600.000			29.412

Fonte: Gonçalves e Lange.

Conforme demonstrado na tabela 16, para um faturamento em 2007 de R\$ 600.000,00, igual para as três empresa A, B e C, elas pagarão sempre valores muito diferentes.

Entre o menor valor que é de R\$ 29.412 e o maior de 34.768 existe uma diferença de R\$ 5.356 que corresponde a 18,21%.

A seguir uma simulação para as empresas A, B, C no Simples Federal com um faturamento de R\$600.000,00.

Tabela 17 - Simulação - Simples Federal (em mil R\$)

	EMPRESA A				EMPRESA B				EMPRESA C			
Mês/ 2007	Venda	Fat. Acum.	Aliq %	Imposto	Venda	Fat. Acum	Aliq %	Imposto	Venda	Fat. Acum	Aliq %	Imposto
Jan.	50,	50,	5,4	2,700.	50,	50	5,4	2,700.	50,	50	5,4	2,700.
Fev.	40,	90,	5,4	2,160.	40,	90	5,4	2,160.	40,	90	5,4	2,160.
Mar.	30,	120,	5,4	1,620.	30,	120	5,4	1,620.	30,	120	5,4	1,620.
Abr.	60,	180,	5,4	3,240,	60,	180,	5,4	3,240,	60,	180,	5,4	3,240,
Mai.	55,	235,	5,4	2,970,	55,	235,	5,4	2,970,	55,	235,	5,4	2,970,
Jun.	45,	280,	5,8	2,610,	45,	280,	5,8	2,610,	45,	280,	5,8	2,610,
Jul.	80,	360,	5,8	4,640.	80,	360,	5,8	4,640.	80,	360,	5,8	4,640.
Ago.	60,	420,	6,2	3,720.	60,	420,	6,2	3,720.	60,	420,	6,2	3,720.
Set.	40,	460,	6,2	2,480.	40,	460,	6,2	2,480.	40,	460,	6,2	2,480.
Out.	38,	498,	6,6	2,508	38,	498,	6,6	2,508	38,	498,	6,6	2,508
Nov.	51,	549,	6,6	3,366	51,	549,	6,6	3,366	51,	549,	6,6	3,366
Dez.	51,	600,	6,6	3,366	51,	600,	6,6	3,366	51,	600,	6,6	3,366
TOT AL	600			35,380	600			35,380	600			35,380

Fonte: autor

Verifica-se que o mesmo faturamento obtido pelas três empresas em 2007, implicou um valor de R\$ 35.380,00 em impostos.

O Simples Federal começa com alíquota de 3% chegando a 19,65%, dependendo da atividade. Esse sistema faz com que todos os contribuintes que faturarem o mesmo valor num determinado ano fiscal, recolham um valor idêntico de tributos.

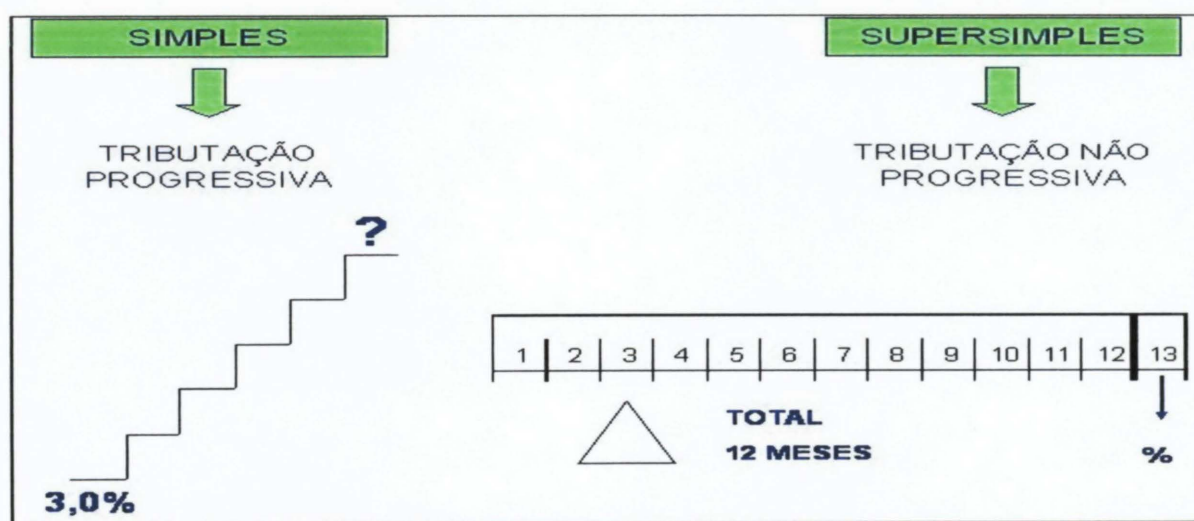
Em relação ao montante devido em impostos, verifica-se nas simulações que a tributação pelo regime do Super Simples seria vantajoso, isto é, recolheriam menos impostos. Haveria uma economia de R\$5.968,00, em torno de 16,86% nos impostos se compararmos o menor valor recolhido no Super Simples (Empresa C)

R\$29.412,00 em relação ao que recolheria no Simples, se estivesse vigente, o correspondente a: R\$35.380,00.

O Simples Federal, assim como o Imposto de Renda Pessoa Física tem uma tributação progressiva. Quanto mais faturam mais pagam impostos, numa mudança contínua de faixa mais benéfica para outra mais onerosa, portanto, faturamento igual entre empresas, se paga iguais tributos.

Já no Super Simples ou Simples Nacional, deixou-se de lado a tributação progressiva para implantação de uma novidade no campo tributário. Depois de enquadrada como ME ou EPP, a alíquota aplicada sobre o faturamento do mês em que se pretende pagar o tributo é determinada pela soma do faturamento dos últimos 12 meses, anteriores ao mês em que se vai recolher o tributo. Dessa forma, fica evidente que este faturamento de 12 meses será sempre diferente para todas as empresas, portanto, a cada uma delas se aplicará uma alíquota diferente. São 20 alíquotas possíveis, em cada um dos Anexos da LC 123/06.

Figura 1 - Fórmulas legais para o cálculo do tributo



Fonte: Gonçalves e Lange

3 CONCLUSÃO

É notório que o conhecimento e o contínuo aperfeiçoamento é fundamental para qualquer pessoa ou empresa que queira manter-se no mercado. Mas, como só obter conhecimentos e não colocá-los em prática, perde-se um pouco do seu fundamento, há de ser levar em conta o planejamento. Pois tudo o que for exeqüível, deve ou deveria obedecer a um bom planejamento estratégico. O planejamento estratégico usado adequadamente é um poderoso instrumento de direção de qualquer tipo de empresa. E não seria diferente em relação a questões tributária.

Pela relevância que as MEs e EPPs têm no contexto sócio-econômico, e por ser um dos principais problemas enfrentados, o excesso de burocracia e aos elevados custos existentes na abertura, legalização e expansão de suas atividades é que o legislador, em cumprimento aos dispositivos Constitucionais de 1988, instituiu a Lei Complementar nº123/06, dando um tratamento jurídico diferenciado para o setor.

O primeiro reflexo dessa nova lei acredita-se que será resgatar inúmeras empresas da informalidade. Outro ponto é o surgimento de novos negócios e empresas.

O aumento no prazo para pagamentos dos débitos tributários parcelados; o ingresso de diversas MEs e EPPs que estavam impedidas de aderir ao antigo regime -Simples Federal, em decorrências de suas atividades; um regime único de tratamento diferenciado as MEs e EPPs por parte dos entes federados; a inclusão obrigatória no recolhimento unificado do.ISS e ICMS, salvo exceção, os escritórios contábeis, merecem destaque no comparativo entre a nova e a legislação anterior.

Os pequenos empreendimentos são elos fundamentais para o funcionamento de cadeias produtivas de importantes setores econômicos, criando relações negociais das quais dependem muito as médias e grandes empresas. Criar e fomentar um ambiente favorável aos pequenos negócios, reunindo todos os estímulos necessários para dar suporte e servir de alavanca aos pequenos negócios é o que propõe a LC 123/2006.

O capítulo tributário abordado na referida lei, conhecido como Super Simples, institui uma nova forma de tributação para as MEs e EPPs, sendo esta optativa. E por ser optativa, a falta de conhecimento dessa lei pode levar a interpretação equivocada. Pois, estudos demonstram que pode haver situações em que não seria

compensador para o contribuinte aderir ao Super Simples. Daí a importância de realizar simulações, assim a reestruturação do planejamento tributário da micro e pequena empresa fica facilitada.

As simulações apresentadas no trabalho evidenciam pelo menos duas questões importantes:

- quanto maior a relação entre a folha de salários em comparação à receita bruta, mais vantajosa será a tributação no Super Simples para aquelas prestadoras de serviços; e
- a importância de se efetuar um criterioso planejamento tributário para definir qual o melhor regime tributário aplicável, independentemente das atividades desenvolvidas.

Enfim, a legislação vigente - Super Simples - propõe um acréscimo de benefícios em relação ao antigo regime. Esse novo texto vai melhorar, uniformizar e simplificar as várias legislações hoje existentes com relação aos direitos e obrigações das pequenas empresas – nos planos federal, estadual e municipal.

REFERÊNCIAS

AMARAL, G. L. **Reforma Tributária: Governo X Contribuinte**. Revista CRC/PR. Curitiba: Ecocidade, v. 126, p.35-37. mar. 2000.

BARBOSA, F. G. Lei 9.317/1996 (SIMPLES) x Lei Complementar nº123/2006 (SIMPLES Nacional): quadro comparativo. **Jus N.vigandi**, Teresina, ano 11; n.14161, 2 jul.2007. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto>. Acesso em: 26 jul. 2007.

BETTONI, J. **Planejamento Tributário**. Apostila do Curso de Especialização em Contabilidade e Finanças. Curitiba: UFPR, 2006.62p.

BRASIL. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Coleção de leis Rideel**, ed. 4º, São Paulo, 2007, p.1742.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. Constituição (1988). Emenda constitucional nº6, de 05 de agosto de 1995. **Coleção de leis Rideel**, ed. 4º, São Paulo, 2007, p.1742.

_____. Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº. 8.212 e 8.213[...]; e revoga as Leis nº. 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Brasília. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 25 jul. 2007.

_____. Lei nº. 9.317, de 05 de dezembro de 1996. Brasília. Disponível em: www.receita.fazenda.gov.br. Acesso em: 25 jul.2007.

_____. Resolução CGSN nº.4, de 30 de maio de 2007. Dispõe sobre a opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (simples Nacional). Ministério da Fazenda. Brasília. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 28 jun.2007.

BUFREM, L.S. **Metodologia do trabalho científico**. Apostila de especialização em contabilidade e finanças. Curitiba. UFPR. 2006.

CÂMARA aprova a lei da micro e pequena empresa. **Estadão**, São Paulo. Disponível em: www.estadão.com.br. Acesso em: 22 nov.2006.

DOMINGOS, G.A. **A importância das micro e pequenas empresas**. Estudos SEBRAE. São Paulo, ano 2 n.12.1995.

FABRETTI, L. C. **Contabilidade Tributária**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIANNI, S. **Rumo à Lei Geral da Pequena Empresa - Uma estratégia para o Brasil.** Disponível em: www.fiscosoft.com.br. Acesso em: 01 ago. 2007.

GONÇALVES, E. LANGE, D. F. **Super Simples** – Questionamentos tributários. Disponível em: <http://www.oabms.org.br/artigo/simples.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2007.

G10 – **Simples Nacional – Escritórios de contabilidade. Opção e efeitos.** Disponível em: www.fiscosoft.com.br. Acesso em: 15 jun. 2007.

JUNIOR, L. F. R; HIDALGO, M. **Os reflexos do Simples Nacional nas fazendas municipais:** Lei Complementar 123/06. Porto Alegre: Promoarte, 2007.169p.

LEI GERAL das micro e pequenas empresas. **Folha Online**, São Paulo. Disponível em: <http://www.folha.com.br> . Acesso em: 21 nov.2006.

PEDROSO, J.F. **Falando de Tributos.** Artigo em 20/03/04. Disponível em: <http://www.proservnet.com.br/colunistas/index.asp?secao=leartigo&VarIdArtigo=36&Colunista=6&Lateral=colunista>. Acesso em: 25 jul. 2007.

SEBRAE. **A Lei do Simples.** Agência Nacional de Notícias. Disponível em: www.sebrae.com.br. Acesso em: 30 maio, 2007.

_____. **Confira os principais pontos da lei geral das micro e pequenas empresas.** Agência Sebrae de Notícias. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br>. Acesso em: 30 maio, 2007.

SEBRAESP. **A presença das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira.** Disponível em: www.sebraesp.com.br. Acesso em: 16 ago. 2007.

SOARES. A. **Sanção da Lei Geral representa legislação tributária mais justa.** Agência Sebrae de notícias. Disponível em: <http://asn.interjornal.com.br>. Acesso em: 19 dez.2006.

UM TRIBUTO unificará todas as obrigações. Disponível em: <http://www.fenafisp.org.br/app>. Acesso em: 20 nov.2006.

ANEXO A – Quadro comparativo dos artigos – LEI Nº. 9.317/96 – SIMPLES
FEDERAL X LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/06 – SIMPLES NACIONAL

I - Disposições preliminares

Lei nº 9.317/96 – SIMPLES	Lei Complementar nº 123/06 – SIMPLES Nacional
<i>(Art. 1º)</i>	<i>(Art. 1º)</i>
Regula o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, aplicável às ME's e as EPP's, relativo aos impostos e às contribuições que menciona.	Estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às ME's e as EPP's, no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias; ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias; acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão.
	<i>* Art. 1º, § 2º: vetado</i>

II - Definição ME e EPP

Lei nº 9.317/96 – SIMPLES	Lei Complementar nº 123/06 – SIMPLES Nacional
<i>(Art. 2º)</i>	<i>(Art. 3º)</i>
Consideram-se ME ou EPP:	Consideram-se ME ou EPP, a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406/02, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de PJ, conforme o caso, desde que:
- ME: a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);	- ME: o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);

Lei nº 9.317/96 – SIMPLES	Lei Complementar nº 123/06 – SIMPLES Nacional
<p>- EPP: a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).</p>	<p>- EPP: o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).</p>
<p><i>Nota 1:</i> Considera-se receita bruta o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.</p>	<p><i>Nota 1:</i> Considera-se receita bruta o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.</p>
<p><i>Nota 2:</i> No caso de início de atividade no próprio ano-calendário, os limites acima serão proporcionais ao número de meses em que a pessoa jurídica houver exercido atividade, desconsideradas as frações de meses.</p>	<p><i>Nota 2:</i> No caso de início de atividade no próprio ano-calendário, os limites acima serão proporcionais ao número de meses em que a microempresa ou empresa de pequeno porte houver exercido atividade, inclusive as frações de meses.</p>
	<p><i>Nota 3:</i> O enquadramento do empresário ou da sociedade simples ou empresária como microempresa ou empresa de pequeno porte, bem como o seu desenquadramento, não implicarão alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados.</p>

III - Apuração e recolhimento dos impostos e contribuições pelo regime de ME e EPP

Lei nº 9.317/96 – SIMPLES	Lei Complementar nº 123/06 – SIMPLES Nacional
(Art. 3º, § 1º)	(Art. 13, I a VIII)
O SIMPLES engloba os seguintes Impostos e contribuições:	O SIMPLES Nacional engloba os seguintes Impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
<ul style="list-style-type: none"> - IRPJ; - IPI ; - CSLL; - COFINS; - PIS/Pasep; - Contribuições para a Seguridade Social, a cargo da PJ; 	<ul style="list-style-type: none"> - IRPJ; - IPI ; - CSLL; - COFINS; - PIS/Pasep; - Contribuições para a Seguridade Social, a cargo da PJ;
Nota: ICMS e ISS, desde que mediante Convênio.	<ul style="list-style-type: none"> - ICMS; - ISS.

IV - Impostos e Contribuições a serem pagos mediante legislação normalmente aplicável às demais pessoas jurídicas

Lei nº 9.317/96 – SIMPLES	Lei Complementar nº 123/06 – SIMPLES Nacional
(Art. 3º, §§ 2º e 3º)	(Art. 13, §§ 1º e 2º)
Impostos ou contribuições que deverão ser pagos independentemente do SIMPLES :	Impostos ou contribuições que deverão ser pagos independentemente do SIMPLES Nacional :
- IOF;	- IOF;
- II;	- II;
- IE;	- IE;
IR relativo aos pagamentos ou créditos efetuados pela PJ e aos rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicação de renda fixa ou variável, bem como os relativos aos ganhos de capital obtidos na alienação de ativos (<i>a incidência deste IR será definitiva</i>);	- IR relativo aos pagamentos ou créditos efetuados pela PJ e aos rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicação de renda fixa ou variável (<i>a incidência deste IR será definitiva, observada a legislação aplicável</i>); - IR relativo aos ganhos de capital obtidos na alienação de ativos;

Lei nº 9.317/96 – SIMPLES	Lei Complementar nº 123/06 – SIMPLES Nacional
- ITR;	- ITR;
- CPMF;	- CPMF;
- FGTS;	- FGTS;
- Contribuição para a Seguridade Social, relativa ao empregado.	- Contribuição para a Seguridade Social, relativa ao trabalhador;
	- Contribuição para a Seguridade Social, relativa à pessoa do empresário, na qualidade de contribuinte individual;
	- IR relativo aos pagamentos ou créditos efetuados pela PJ a PF;
	- Contribuição para o PIS/Pasep, COFINS e IPI incidentes na importação de bens e serviços;
	- ICMS devido: a) nas operações e prestações sujeitas ao regime de substituição tributária; b) por terceiro, a que o contribuinte se ache obrigado, por força de legislação estadual ou distrital vigente; c) na entrada, no território do Estado ou do Distrito Federal, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, bem como energia elétrica, quando não destinados à comercialização ou industrialização; d) por ocasião do desembaraço aduaneiro; e) na aquisição ou manutenção em estoque de mercadoria desacoberta de documento fiscal; f) na operação ou prestação desacoberta de documento fiscal; g) nas operações com mercadorias sujeitas ao regime de antecipação do recolhimento do imposto, bem assim do valor relativo à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, nas aquisições em outros Estados e Distrito Federal, nos termos da legislação estadual ou distrital;
	- ISS devido: a) em relação aos serviços sujeitos à substituição tributária ou retenção na fonte; b) na importação de serviços;
(Art. 3º, §§ 2º e 3º)	(Art. 13, §§ 1º e 2º)
Impostos ou contribuições que deverão ser pagos independentemente do SIMPLES :	Impostos ou contribuições que deverão ser pagos independentemente do SIMPLES Nacional :

V - Dispensa ao pagamento de outras Contribuições

Lei nº 9.317/96 – SIMPLES	Lei Complementar nº 123/06 – SIMPLES Nacional
(Art. 3º, § 4º)	(Art. 13, §3º)
SIMPLES dispensa a pessoa jurídica do pagamento das demais contribuições instituídas pela União.	SIMPLES Nacional dispensa as microempresas e empresas de pequeno porte do pagamento das demais contribuições instituídas pela União, inclusive as contribuições para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de que trata o art. 240 da Constituição Federal, e demais entidades de serviço social autônomo.

VI - Apuração do ICMS e do ISS

Lei nº 9.317/96 – SIMPLES	Lei Complementar nº 123/06 – SIMPLES Nacional
(Art. 4º)	(Art. 13, I a VIII)
Inclusão Opcional: O SIMPLES poderá incluir o ICMS ou o ISS devido por microempresas e empresa de pequeno porte, desde que a Unidade Federada ou o município em que esteja estabelecida venha a ele aderir mediante convênio .	Inclusão Obrigatória: O SIMPLES Nacional implica o recolhimento mensal do ICMS e do ISS .

VII - Valor devido mensalmente pelas ME's e EPP's

Lei nº 9.317/96 – SIMPLES	Lei Complementar nº 123/06 – SIMPLES Nacional
(Art. 5º)	(Art. 18 – Anexos II a V)
Valor devido:	Valor devido:
I - para a ME , em relação à receita bruta acumulada dentro do ano-calendário:	Para ME e EPP , em relação à receita bruta acumulada dentro do ano-calendário:
a) até R\$ 60.000,00: 3%;	
b) de R\$ 60.000,01 a R\$ 90.000,00 : 4%;	
c) de R\$ 90.000,01 a R\$ 120.000,00: 5%;	a) até R\$ 120.000,00: 4%;

Lei nº 9.317/96 – SIMPLES	Lei Complementar nº 123/06 – SIMPLES Nacional
d) de R\$ 120.000,01 a R\$ 240.000,00: 5,4%;	b) de R\$ 120.000,01 a R\$ 240.000,00 : 5,47%;
II - para a EPP , em relação à receita bruta acumulada dentro do ano-calendário:	
a) até R\$ 240.000,00: 5,4%;	
b) de R\$ 240.000,01 a R\$ 360.000,00: 5,8%;	c) de R\$ 240.000,01 a R\$ 360.000,00: 6,84%;
c) de R\$ 360.000,01 a R\$ 480.000,00: 6,2%;	d) de R\$ 360.000,01 a R\$ 480.000,00: 7,54%;
d) de R\$ 480.000,01 a R\$ 600.000,00: 6,6%;	e) de R\$ 480.000,01 a R\$ 600.000,00: 7,60%;
e) de R\$ 600.000,01 a R\$ 720.000,00: 7%;	f) de R\$ 600.000,01 a R\$ 720.000,00: 8,28%;
f) de R\$ 720.000,01 a R\$ 840.000,00: 7,4%;	g) de R\$ 720.000,01 a R\$ 840.000,00: 8,36%;
g) de R\$ 840.000,01 a R\$ 960.000,00: 7,8%;	h) de R\$ 840.000,01 a R\$ 960.000,00: 8,45%;
h) de R\$ 960.000,01 a R\$ 1.080.000,00: 8,2%;	i) de R\$ 960.000,01 a R\$ 1.080.000,00: 9,03%;
i) de R\$ 1.080.000,01 a R\$ 1.200.000,00: 8,6%;	j) de R\$ 1.080.000,01 a R\$ 1.200.000,00: 9,12%;
j) de R\$ 1.200.000,01 a R\$ 1.320.000,00: 9%;	l) de R\$ 1.200.000,01 a R\$ 1.320.000,00: 9,95%;
l) de R\$ 1.320.000,01 a R\$ 1.440.000,00: 9,4%;	m) de R\$ 1.320.000,01 a R\$ 1.440.000,00: 0,04%;
m) de R\$ 1.440.000,01 a R\$ 1.560.000,00: 9,8%;	n) de R\$ 1.440.000,01 a R\$ 1.560.000,00: 10,13%;
n) de R\$ 1.560.000,01 a R\$ 1.680.000,00: 10,2%;	o) de R\$ 1.560.000,01 a R\$ 1.680.000,00: 10,23%;
o) de R\$ 1.680.000,01 a R\$ 1.800.000,00: 10,6%;	p) de R\$ 1.680.000,01 a R\$ 1.800.000,00: 0,32%;
p) de R\$ 1.800.000,01 a R\$ 1.920.000,00: 11%;	q) de R\$ 1.800.000,01 a R\$ 1.920.000,00: 1,23%;
q) de R\$ 1.920.000,01 a R\$ 2.040.000,00: 11,4%;	r) de R\$ 1.920.000,01 a R\$ 2.040.000,00: 1,32%;
r) de R\$ 2.040.000,01 a R\$ 2.160.000,00: 11,8%;	s) de R\$ 2.040.000,01 a R\$ 2.160.000,00: 1,42%;
s) de R\$ 2.160.000,01 a R\$ 2.280.000,00: 12,2%;	t) de R\$ 2.160.000,01 a R\$ 2.280.000,00: 1,51%;
t) de R\$ 2.280.000,01 a R\$ 2.400.000,00: 12,6%.	u) de R\$ 2.280.000,01 a R\$ 2.400.000,00: 1,61%.
Nota: O percentual a ser aplicado em cada mês, na forma deste artigo, será o correspondente à receita bruta acumulada até o próprio mês.	Nota 1: Para efeito de determinação da alíquota, o sujeito passivo utilizará a receita bruta acumulada nos 12 meses anteriores ao do período de apuração. (Art. 18 – Anexo I)
	Nota 2: As atividades industriais serão tributadas na forma do Anexo II desta Lei Complementar;
	Nota 3: As atividades de prestação de serviços previstas nos incisos I a XII do § 1º do art. 17 desta Lei Complementar serão tributadas na forma do Anexo III desta Lei Complementar;

Lei nº 9.317/96 – SIMPLES	Lei Complementar nº 123/06 – SIMPLES Nacional
	<p>Nota 4: As atividades de locação de bens móveis serão tributadas na forma do Anexo III desta Lei Complementar, deduzindo-se da alíquota o percentual correspondente ao ISS previsto nesse Anexo;</p>
	<p>Nota 5: As atividades de prestação de serviços previstas nos incisos XIII a XVIII do § 1º do art. 17 desta Lei Complementar serão tributadas na forma do Anexo IV desta Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a contribuição prevista no inciso VI do caput do art. 13 desta Lei Complementar, devendo ela ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis;</p>
	<p>Nota 6: As atividades de prestação de serviços previstas nos incisos XIX a XXVIII do § 1º e no § 2º do art. 17 desta Lei Complementar serão tributadas na forma do Anexo V desta Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a contribuição prevista no inciso VI do caput do art. 13 desta Lei Complementar, devendo ela ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis;</p>
	<p>Nota 7: As atividades de prestação de serviços de transportes intermunicipais e interestaduais serão tributadas na forma do Anexo V da LC 123/06, acrescido das alíquotas correspondentes ao ICMS previstas no Anexo I da mesma LC, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a contribuição prevista no inciso VI do caput do art. 13 desta Lei Complementar, devendo esta ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis.</p>

VIII - -Arrecadação dos Tributos

Lei nº 9.317/96 – SIMPLES	Lei Complementar nº 123/06 – SIMPLES Nacional
(Art. 6º)	(Art. 21)
Os tributos devidos deverão ser pagos:	Os tributos devidos deverão ser pagos:
- de forma centralizada até o 20º dia do mês subsequente àquele em que houver sido auferida a receita bruta.	- até o último dia útil da primeira quinzena do mês subsequente àquele em que houver sido auferida a receita bruta;
	- quando da existência de filiais, o recolhimento dar-se-á pela matriz;
- através de documento de arrecadação único e específico (DARF-SIMPLES).	- por meio de documento único de arrecadação, instituído pelo Comitê Gestor;
	- segundo códigos específicos para cada espécie de receita;
	- em banco integrante da rede arrecadadora credenciada pelo Comitê Gestor.
	<i>Nota 1:</i> Poderá ser adotado sistema simplificado de arrecadação do SIMPLES Nacional, inclusive sem utilização de rede bancária, Mediante requerimento do Estado, DF ou Município ao Comitê Gestor.
	<i>Nota 2:</i> O valor não pago até o vencimento sujeitar-se-á aos encargos legais na forma prevista na legislação do imposto sobre a renda.
	<i>Nota 3:</i> Em caso de retenção na fonte de ISS, o mesmo será definitivo e deverá ser deduzida a parcela do SIMPLES Nacional a ele correspondente, que será apurada, tomando-se por base as receitas de prestação de serviços que sofreram tal retenção, não sendo o montante recolhido na forma do SIMPLES Nacional objeto de partilha com os Municípios.

Lei nº 9.317/96 – SIMPLES	Lei Complementar nº 123/06 – SIMPLES Nacional
	<i>Nota 4:</i> Comitê Gestor regulará o modo pelo qual será solicitado o pedido de restituição ou compensação dos valores do SIMPLES Nacional recolhidos indevidamente ou em montante superior ao devido.
<i>Nota:</i> Os impostos e contribuições devidos pelas pessoas jurídicas inscritas no SIMPLES não poderão ser objeto de parcelamento, salvo os débitos relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de outubro de 1996 (Art. 26).	Poderão ser objeto do parcelamento de que trata o art. 79 da Lei Complementar nº 123, de 2006, todos os débitos relativos aos tributos e contribuições previstos no Simples Nacional, inclusive os inscritos em dívida ativa, relativos aos fatos geradores ocorridos até 31 de janeiro de 2006.

XIV - Obrigações Acessórias

Lei nº 9.317/96 – SIMPLES	Lei Complementar nº 123/06 – SIMPLES Nacional
(Art. 7º)	(Arts. 25 a 27)
Obrigações acessórias das ME's e EPP's :	Obrigações acessórias das ME's e EPP's :
	- ficam obrigadas emitir documento fiscal de venda ou prestação de serviço , de acordo com art.2º e 3º da Resolução CGSN nº010 de 28/06/07;
- ficam dispensadas de escrituração comercial desde que mantenham, em boa ordem e guarda e enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais ações que lhes sejam pertinentes:	- manter em boa ordem e guarda os documentos que fundamentaram a apuração dos impostos e contribuições devidos e o cumprimento das obrigações acessórias enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais ações que lhes sejam pertinentes;
a) Livro Caixa, no qual deverá estar escriturada toda a sua movimentação financeira, inclusive bancária; b) Livro de Registro de Inventário, no qual deverão constar registrados os estoques existentes no término de cada ano-calendário;c) todos os documentos e demais papéis que serviram de base para a escrituração dos livros referidos nas alíneas anteriores.	- manter o livro caixa onde será escriturada sua movimentação financeira e bancária;

Lei nº 9.317/96 – SIMPLES	Lei Complementar nº 123/06 – SIMPLES Nacional
	- a exigência de declaração única não desobriga a prestação de informações relativas a terceiros;
- não estão dispensadas do cumprimento das obrigações acessórias previstas na legislação previdenciária e trabalhista.	
	- ficarão sujeitas a outras obrigações a serem estabelecidas pelo Comitê, com características nacionalmente uniformes;
	- ficam sujeitas a entrega de declaração eletrônica que deva conter os dados referentes aos serviços prestados ou tomados de terceiros, na conformidade que dispuser o Comitê;
	- poderão, opcionalmente, adotar contabilidade simplificada para o registro e controle das operações realizadas, conforme regulamentação do Comitê.
	<p>Nota: Os empreendedores individuais com receita bruta acumulada no ano de até 36.000,00:</p> <ul style="list-style-type: none"> - poderão optar por fornecer nota fiscal (nf) avulsa obtidas junto às Secretarias de Fazenda ou de Finanças dos Estados, DF ou Municípios; - farão comprovação da receita bruta, mediante apresentação do registro de vendas independentemente de documento fiscal de venda ou prestação de serviço, ou escrituração simplificada das receitas conforme instruções do Comitê; - ficam dispensadas da emissão de n.f avulsa caso requeiram nota fiscal gratuita junto à Secretaria de Fazenda Municipal ou adotem formulário de escrituração simplificada das receitas nos Municípios que não utilizem o sistema de emissão de nota fiscal gratuita, conforme instruções do Comitê.

X - Opção pelo Sistema

Lei nº 9.317/96 – SIMPLES	Lei Complementar nº 123/06 – SIMPLES Nacional
(Art. 8º)	(Art. 16)
A opção pelo SIMPLES dar-se-á:	A opção pelo SIMPLES Nacional dar-se-á:
<p>- mediante a inscrição da pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte no CNPJ, quando o contribuinte prestará todas as informações necessárias, inclusive quanto:</p> <p>I - especificação dos impostos, dos quais é contribuinte (IPI, ICMS ou ISS);</p> <p>II - ao porte da pessoa jurídica (microempresa ou empresa de pequeno porte).</p>	<p>- por meio da <i>interne</i>;</p> <p>- No momento da opção, o contribuinte deverá prestar declaração quanto ao não-enquadramento nas vedações previstas no art. 12, independentemente da verificação efetuada conforme disposto no art. 9º., da Resolução CGSNº4.</p>
- opção é definitiva para todo o período;	- opção é irrevogável para todo ano-calendário;
	- opção deve ser realizada no mês de janeiro, até o seu último dia útil, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do ano-calendário da opção;
	- opção produzirá efeito a partir da data de início da atividade, desde que exercida nas condições impostas pelo Comitê;
	- as ME's e EPP's optantes pelo regime do SIMPLES (Lei 9317/96) serão consideradas inscritas no SIMPLES Nacional, salvo as que estiverem impedidas de optar por alguma vedação imposta por esta LC.
Nota: As pessoas jurídicas inscritas no SIMPLES deverão manter em seus estabelecimentos, em local visível ao público, placa indicativa que esclareça tratar-se de microempresa ou empresa de pequeno porte inscrita no SIMPLES.	

XI - Vedações - Pessoas Jurídicas que não podem ser incluídas no regime

Lei nº 9.317/96 – SIMPLES	Lei Complementar nº 123/06 – SIMPLES Nacional
(Art. 9º)	(Art. 3º)
Não poderá optar pelo SIMPLES , a pessoa jurídica:	1) Não se incluem no regime do SIMPLES Nacional , a pessoa jurídica:
- na condição de microempresa que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 240.000,00;	
- na condição de empresa de pequeno porte que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 2.400.000,00;	
Nota 1: Na hipótese de início de atividade no ano-calendário imediatamente anterior ao da opção, os valores de R\$ 240.000,00 e R\$ 2.400.000,00 serão, respectivamente, de R\$ 20.000,00 e R\$ 200.000,00 multiplicados pelo número de meses de funcionamento naquele período, desconsideradas as frações de meses.	
- constituída sob a forma de sociedade por ações;	- constituída sob a forma de sociedade por ações;
- cuja atividade seja banco comercial, banco de investimentos, banco de desenvolvimento, caixa econômica, sociedade de crédito, financiamento e investimento, sociedade de crédito imobiliário, sociedade corretora de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidora de títulos e valores mobiliários, empresa de arrendamento mercantil, cooperativa de crédito , empresas de seguros privados e de capitalização e entidade de previdência privada aberta ;	- que exerça a atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar ;
	- constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- que seja filial, sucursal, agência ou representação, no país, de pessoa jurídica com sede no exterior;	- que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

Lei nº 9.317/96 – SIMPLES	Lei Complementar nº 123/06 – SIMPLES Nacional
- cujo titular ou sócio participe com mais de 10% do capital de outra empresa, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de R\$ 2.400.000,00;	- cujo titular ou sócio participe com mais de 10% do capital de outra empresa não beneficiada por esta LC , desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de R\$ 2.400.000,00;
- de cujo capital participe, como sócio , outra pessoa jurídica;	- de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- cuja receita decorrente da venda de bens importados seja superior a 50% (cinquenta por cento) de sua receita bruta total;	
- que participe do capital de outra pessoa jurídica, ressalvados os investimentos provenientes de incentivos fiscais efetuados antes da vigência da Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, quando se tratar de microempresa, ou antes da vigência desta Lei, quando se tratar de empresa de pequeno porte;	- que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- que tenha débito inscrito em Dívida Ativa da União ou do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa;	
- cujo titular, ou sócio que participe de seu capital com mais de 10% (dez por cento), esteja inscrito em Dívida Ativa da União ou do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa;	
- que seja resultante de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento da pessoa jurídica, salvo em relação aos eventos ocorridos antes da vigência desta Lei;	- resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos cinco anos-calendários anteriores;
- cujo titular, ou sócio com participação em seu capital superior a 10% (dez por cento), adquira bens ou realize gastos em valor incompatível com os rendimentos por ele declarados.	
	- de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário, ou seja, sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta LC, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de R\$ 2.400.000,00;

Lei nº 9.317/96 – SIMPLES	Lei Complementar nº 123/06 – SIMPLES Nacional
	- cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado, se outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de R\$ 2.400.000,00;
	Nota 1: No caso de início de atividade, a ME, que no ano-calendário exceder o limite de receita bruta de R\$ 240.000,00, passa, no ano-calendário seguinte, à condição de EPP.
	Nota 2: No caso de início de atividade, a EPP, que no ano-calendário exceder o limite de receita bruta de R\$ 2.400.000,00, fica excluída, no ano-calendário seguinte, no regime do SIMPLES Nacional.
	Nota 3: No caso de início de atividade, a EPP, que no ano-calendário não ultrapassar o limite de receita bruta de R\$ 240.000,00, passa, no ano-calendário seguinte, à condição de ME.
	Nota 4: A ME e a EPP que no decurso do ano-calendário de início de atividade ultrapassar o limite de R\$ 200.000,00 multiplicados pelo número de meses de funcionamento nesse período, estará excluída do regime do SIMPLES Nacional.
	(Art. 17, caput)
	2) Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do SIMPLES Nacional a ME e a EPP:
- que realize operações relativas a factoring;	- que explore a atividade de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, gerenciamento de ativos (asset management), compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring);

Lei nº 9.317/96 – SIMPLES	Lei Complementar nº 123/06 – SIMPLES Nacional
- que tenha sócio estrangeiro , residente no exterior;	- que tenha sócio domiciliado no exterior;
- constituída sob qualquer forma , de cujo capital participe entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal;	- de cujo capital participe entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal;
	- que preste serviço de comunicação ;
	- que possua débito com o INSS, ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa ;
	- que presta serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros ;
	- que seja geradora, transmissora, distribuidora ou comercializadora de energia elétrica ;
- que realize operações relativas a importação de produtos estrangeiros ;	- que exerça a atividade de importação ou fabricação de automóveis e motocicletas ;
	- que exerça a atividade de importação de combustíveis;
	- que exerça a atividade de produção ou venda no atacado de bebidas alcoólicas, cigarros, armas, bem assim de outros produtos tributados pelo IPI com alíquota Ad valorem superior a 20% ou com alíquota específica;
- que preste serviços profissionais de corretor, representante comercial, despachante, ator, empresário, diretor ou produtor de espetáculos, cantor, músico, dançarino, médico, dentista, enfermeiro, veterinário, engenheiro, arquiteto, físico, químico, economista, contador, auditor, consultor, estatístico, administrador, programador, analista de sistema, advogado, psicólogo, professor, jornalista, publicitário, fisicultor, ou assemelhados.	- que tenha por finalidade a prestação de serviços decorrentes do exercício de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, que constitua profissão regulamentada ou não, bem como a que preste serviços de instrutor, de corretor, de despachante o de qualquer tipo de intermediação de negócios;

Lei nº 9.317/96 – SIMPLES	Lei Complementar nº 123/06 – SIMPLES Nacional
	- que realize atividade de consultoria;
- que realize operações relativas a locação de mão-de-obra;	- que realize cessão ou locação de mão-de-obra;
- que se dedique à compra e à venda, ao loteamento, à incorporação ou à construção de imóveis;	- que se dedique ao loteamento ou à incorporação de imóveis.
- que realize operações relativas a:	
a) locação ou administração de imóveis;	
b) armazenamento e depósito de produtos de terceiros;	
c) propaganda e publicidade, excluídos os veículos de comunicação;	
d) prestação de serviço vigilância, limpeza, conservação.	

XII - Inaplicabilidade das Vedações

Lei nº 9.317/96 – SIMPLES	Lei Complementar nº 123/06 – SIMPLES Nacional
	(Art. 17, §1º)
	As vedações previstas no caput do artigo 17 acima não se aplicam:
	As pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades seguintes ou as exerçam em conjunto com outras atividades que não tenham sido objeto de vedação no caput do artigo 17 desta Lei:
	I - creche, pré-escola e estabelecimento de ensino fundamental;
	II - agência terceirizada de correios;
	III - agência de viagem e turismo;
	IV - centro de formação de condutores de veículos automotores de transporte terrestre de passageiros e de carga;
	V - agência lotérica;
	VI - serviços de manutenção e reparação de automóveis, caminhões, ônibus, outros veículos;

Lei nº 9.317/96 – SIMPLES	Lei Complementar nº 123/06 – SIMPLES Nacional
	VII - serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores;
	VIII - serviços de manutenção e reparação de motocicletas, motonetas e bicicletas;
	IX - serviços de instalação, manutenção e reparação de máquinas de escritório e de informática;
	X - serviços de reparos hidráulicos, elétricos, pintura e carpintaria em residências ou estabelecimentos civis ou empresariais, bem como manutenção e reparação de aparelhos eletrodomésticos;
	XI - serviços de instalação e manutenção de aparelhos e sistemas de ar condicionado, refrigeração, ventilação, aquecimento e tratamento de ar em ambientes controlados;
	XII - veículos de comunicação, de radiodifusão sonora e de sons e imagens, e mídia externa;
(ver item acima)	XIII - construção de imóveis e obras de engenharia em geral, inclusive sob a forma de sub-empregada;
	XIV - transporte municipal de passageiros;
	XV - empresas montadoras de estandes para feiras;
	XVI - escolas livres, de línguas estrangeiras, artes, cursos técnicos e gerenciais;
	XVII - produção cultural e artística;
	XVIII - produção cinematográfica e de artes cênicas;
	XIX - cumulativamente administração e locação de imóveis de terceiros;
	XX - academias de dança, de capoeira, de ioga e de artes marciais;
	XXI - academias de atividades físicas, desportivas, de natação e escolas de esportes;

XIII - -Exclusão do Simples

Lei nº 9.317/96 – SIMPLES	Lei Complementar nº 123/06 – SIMPLES Nacional
(Arts. 12 a 16)	(Arts. 28 a 32)
Exclusão do SIMPLES.	Exclusão do SIMPLES Nacional:
- mediante comunicação da pessoa jurídica:	- mediante comunicação das empresas optantes;
I - por opção;	I - por opção;
II - obrigatoriamente, quando: a) incorrer em qualquer das situações excludentes constantes do art. 9º;	II - obrigatoriamente, quando incorrer em qualquer das situações de vedação previstas nesta LC;
b) ultrapassado, no ano-calendário de início de atividades, o limite de receita bruta correspondente a R\$ 200.000,00 multiplicados pelo número de meses de funcionamento nesse período.	III – obrigatoriamente, quando ultrapassado, no ano-calendário de início de atividade, o limite de receita bruta correspondente a R\$ 200.000,00, multiplicados pelo número de meses de funcionamento nesse período, em relação aos tributos e contribuições federais, e, em relação aos tributos estaduais, municipais e distritais, de R\$ 100.000,00 ou R\$ 150.000,00, também multiplicados pelo número de meses de funcionamento no período, caso o Distrito Federal, os Estados e seus respectivos Municípios tenham adotado os limites de R\$ 1.200.000,00 e R\$ 1.800.000,00 previstos nos artigos 19 e 20 desta LC.
	Nota: As regras para exclusão mediante comunicação serão regulamentadas pelo Comitê.
A ME que ultrapassar, no ano-calendário imediatamente anterior, o limite de receita bruta correspondente a R\$ 240.000,00 estará excluída do Simples nessa condição, podendo, mediante alteração cadastral, inscrever-se na condição de EPP.	No caso de início de atividade, a ME, que no ano-calendário exceder o limite de receita bruta de R\$ 240.000,00, passa, no ano-calendário seguinte, à condição de EPP. (Art. 3º)
- Exclusão de ofício:	- Exclusão de ofício:
I - exclusão obrigatória, quando não realizada por comunicação da pessoa jurídica;	I – verificada a falta de comunicação da exclusão obrigatória;

Lei nº 9.317/96 – SIMPLES	Lei Complementar nº 123/06 – SIMPLES Nacional
II - embarço à fiscalização, caracterizado pela negativa não justificada de exibição de livros e documentos a que estiver obrigada, bem assim pelo não fornecimento de informações sobre bens, movimentação financeira, negócio ou atividade, próprios ou de terceiros, quando intimado , e demais hipóteses que autorizam a requisição de auxílio da força pública, nos termos do art. 200 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966;	II – for oferecido embarço à fiscalização, caracterizado pela negativa não justificada de exibição de livros e documentos a que estiverem obrigadas, bem assim pelo não fornecimento de informações sobre bens, movimentação financeira, negócio ou atividade a que estiverem intimadas a apresentar , e nas demais hipóteses que autorizam a requisição de auxílio da força pública;
III - resistência à fiscalização, caracterizada pela negativa de acesso ao estabelecimento, ao domicílio fiscal ou a qualquer outro local onde se desenvolvam as atividades da pessoa jurídica ou se encontrem bens de sua posse ou propriedade ;	III – for oferecida resistência à fiscalização, caracterizada pela negativa de acesso ao estabelecimento, ao domicílio fiscal ou a qualquer outro local onde desenvolvam suas atividades ou se encontrem bens de sua propriedade ;
IV - constituição da pessoa jurídica por interpostas pessoas que não sejam os verdadeiros sócios ou acionistas, ou o titular, no caso de firma individual ;	IV – a sua constituição ocorrer por interpostas pessoas ;
V - prática reiterada de infração à legislação tributária ;	V – tiver sido constatada prática reiterada de infração ao disposto nesta LC ;
	VI – a empresa que for considerada inapta, na forma dos arts. 81 a 82 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e alterações posteriores;
VI - comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho;	VII - comercializar mercadorias objeto de contrabando ou descaminho;
VII - incidência em crimes contra a ordem tributária, com decisão definitiva.	
	VIII – houver falta de escrituração do livro caixa ou mesmo não permitir a identificação da movimentação financeira, inclusive bancária;

Lei nº 9.317/96 – SIMPLES	Lei Complementar nº 123/06 – SIMPLES Nacional
	IX – for constatado que durante o ano-calendário o valor das despesas pagas supera 20% o valor de ingresso de recursos no mesmo período, excluído o ano de início da atividade;
	X - for constatado que durante o ano-calendário o valor das aquisições de mercadorias para comercialização ou industrialização, ressalvadas hipóteses justificadas de aumento de estoque, for superior a 80% dos ingressos de recursos no mesmo período, excluído o ano de início da atividade.
A pessoa jurídica que, por qualquer razão, for excluída do SIMPLES deverá apurar o estoque de produtos, matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem existente no último dia do último mês em que houver apurado o IPI ou o ICMS de conformidade com aquele sistema e determinar, a partir da respectiva documentação de aquisição, o montante dos créditos que serão passíveis de aproveitamento nos períodos de apuração subsequentes.	
O convênio poderá estabelecer outra forma de determinação dos créditos relativos ao ICMS, passíveis de aproveitamento, na hipótese de que trata o parágrafo anterior.	
A pessoa jurídica excluída do SIMPLES sujeitar-se-á, a partir do período em que se processarem os efeitos da exclusão, às normas de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas.	As ME's e EPP's excluídas do SIMPLES Nacional sujeitar-se-ão, a partir do período em que se processarem os efeitos da exclusão, às normas de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

XIV - -Partilha dos valores pagos

Lei nº 9.317/96 – SIMPLES	Lei Complementar nº 123/06 – SIMPLES Nacional
Da Partilha dos Valores Pagos (Arts. 23 e 24)	Partilha do Simples Nacional – Comércio (Anexo I) Partilha do Simples Nacional – Indústria (Anexo II) , Partilha do Simples Nacional – Serviços e locações de bens móveis (Anexo III) , Partilha do Simples Nacional – Serviços (Anexo IV) Apuração (Anexo V)

XV - Acesso aos Mercados

Lei nº 9.317/96 – SIMPLES	Lei Complementar nº 123/06 – SIMPLES Nacional
	Do Acesso aos Mercados (Arts. 42 a 49)

XVI - Simplificação das Relações de Trabalho

Lei nº 9.317/96 – SIMPLES	Lei Complementar nº 123/06 – SIMPLES Nacional
	Da Simplificação das Relações de Trabalho (Arts. 50 a 54) * Art. 52, Parágrafo Único: vetado

XVII - Fiscalização Orientadora

Lei nº 9.317/96 – SIMPLES	Lei Complementar nº 123/06 – SIMPLES Nacional
	Da Fiscalização Orientadora (Art. 55) * Art. 55, § 2º: vetado

XVIII – Associativismo

Lei nº 9.317/96 – SIMPLES	Lei Complementar nº 123/06 – SIMPLES Nacional
	Do Associativismo (Art. 56)

XVIV - Estímulo ao crédito e à capitalização

Lei nº 9.317/96 – SIMPLES	Lei Complementar nº 123/06 – SIMPLES Nacional
	Do estímulo ao crédito e à capitalização (Arts. 57 a 63) * Art. 60: vetado

XX - Estímulo à inovação

Lei nº 9.317/96 – SIMPLES	Lei Complementar nº 123/06 – SIMPLES Nacional
	Do estímulo à inovação (Arts. 64 a 67)

XXI - Regras civis e empresariais

Lei nº 9.317/96 – SIMPLES	Lei Complementar nº 123/06 – SIMPLES Nacional
	Das regras civis e empresariais (Arts. 68 a 73) * Art. 69: vetado

XXII - Acesso à Justiça

Lei nº 9.317/96 – SIMPLES	Lei Complementar nº 123/06 – SIMPLES Nacional
	Do acesso à justiça (Arts. 74 e 75)

XXIII - Apoio e representação

Lei nº 9.317/96 – SIMPLES	Lei Complementar nº 123/06 – SIMPLES Nacional
	Do apoio e da representação (Art. 76)

XXIV - Disposições finais

Lei nº 9.317/96 – SIMPLES	Lei Complementar nº 123/06 – SIMPLES Nacional
(Arts. 25 a 31)	(Arts. 77 a 89)
Das Disposições Gerais e Transitórias	Disposições Finais e Transitórias
	- Comitê expedirá em 6 meses as instruções necessárias à execução da presente LC;
	- Ministério do Trabalho e Emprego, SRF, INSS, Estados, DF e Municípios deverão editar, em 1 ano, as leis e demais atos necessários para assegurar o pronto e imediato tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido às ME's e EPP's;
- Poderá ser autorizado o parcelamento, em até 72 parcelas mensais e sucessivas, dos débitos para com a Fazenda nacional e para com a Seguridade Social, de responsabilidade da ME ou EPP e de seu titular ou sócio, relativos aos fatos geradores ocorridos até 31 de outubro de 1996. O valor mínimo da parcela mensal será de R\$ 50,00 , considerados isoladamente os débitos para com a Fazenda Nacional e para com a Seguridade Social.	- Será concedido para ingresso neste regime parcelamento, em até 120 parcelas mensais e sucessivas, dos débitos relativos aos tributos e contribuições previstos nos Simples Nacional, de responsabilidade da ME ou EPP e de seu titular ou sócio, relativos aos fatos geradores ocorridos até 31 de janeiro de 2006. O valor mínimo da parcela mensal será de R\$ 100,00 , considerados isoladamente os débitos para com a Fazenda Nacional, para com a Seguridade Social, para com a Fazenda dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal.
	- Revoga, a partir de 1º de julho de 2007, a Lei nº 9.317/96 e a Lei 9.841/99.
	* Art. 77, §3º: revogado; * Art. 85: revogado

Fonte: BARBOSA, F.G.